

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

PERSPECTIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

ÁFRICA SUBSARIANA

Uma luz no horizonte?

OUT
2023



FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

PERSPETIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

ÁFRICA SUBSARIANA

Uma luz no horizonte?

**OUT
2023**



Copyright ©2023 International Monetary Fund

Cataloging-in-Publication Data
IMF Library

Edição portuguesa

Departamento de serviços e equipamentos integrados do FMI
Divisão de serviços linguísticos, secção portuguesa

Names: International Monetary Fund, publisher.

Title: Regional economic outlook. Sub-Saharan Africa: Light on the Horizon?

Other titles: Sub-Saharan Africa : light on the horizon? | Light on the horizon? | World economic and financial surveys. | Regional economic outlook: Sub-Saharan Africa.

Description: Washington, DC : International Monetary Fund, 2023. | World economic and financial surveys. | Out. 2023. | Includes bibliographical references.

Identifiers: ISBN 9798400253508 (English Paper)
9798400253867 (Portuguese Paper)
9798400255366 (Portuguese ePub)
9798400254017 (Portuguese Web PDF)

Subjects: LCSH: Africa, Sub-Saharan—Economic conditions. | Economic forecasting—Africa, Sub-Saharan. | Economic development—Africa, Sub-Saharan. | Africa, Sub-Saharan—Economic policy.

Classification: LCC HC800.R4456 2023

O relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* é publicado duas vezes ao ano, na primavera e no outono, e passa em revista a evolução económica da região. As projeções e considerações de política económica nele apresentadas são as do corpo técnico do FMI e não representam necessariamente os pontos de vista do FMI, do seu Conselho de Administração ou da sua Direção-Geral.

Os pedidos de publicação podem ser feitos online ou por correio:

International Monetary Fund, Publication Services

P.O. Box 92780, Washington, DC 20090, U.S.A.

T. +(1) 202.623.7430

F. +(1) 202.623.7201

publications@IMF.org

IMFbookstore.org

elibrary.IMF.org

Todas as edições de *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* podem ser consultadas em:

<https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA>

Índice

Agradecimentos	v
Grupos de países	vi
Pressupostos e convenções	vii
Sumário executivo	1
Uma luz no horizonte?	3
Evolução recente e perspectivas: um distante raio de esperança	4
Olhando para o horizonte: quatro políticas prioritárias	11
Referências	18
Apêndice estatístico	21

FIGURAS

Figura 1. África Subsariana: crescimento do PIB, 2021-2024	4
Figura 2. África Subsariana: contributos para a variação do crescimento do PIB	4
Figura 3. África Subsariana: crescimento do PIB, 2005-2028	5
Figura 4. África Subsariana: PIB real <i>per capita</i> , 2019-2024	5
Figura 5. Inflação mundial durante a crise	6
Figura 6. África Subsariana: inflação dos produtos alimentares, 2002-2023	7
Figura 7. África Subsariana: défice público (excluindo donativos), 2015-2024	7
Figura 8. África Subsariana: dívida pública 2000-2024	7
Figura 9. África Subsariana: tempo necessário para duplicar o rendimento	9
Figura 10. África Subsariana: golpes por ano, 1960-2023	9
Figura 11. África Subsariana: taxas de juro diretoras vs. inflação esperada	11
Figura 12. África Subsariana: cobertura das reservas, 2022	13
Figura 13. Naira nigeriana face ao dólar dos Estados Unidos, 2020-2023.....	14
Figura 14. África Subsariana: ajustamento orçamental necessário para estabilizar a dívida abaixo de 70% do PIB, 2023	14

QUADROS

África Subsariana: Grupos de países	vi
África Subsariana: Países membros de grupos regionais	vi
África Subsariana: Abreviaturas dos países	vii

QUADROS ESTATÍSTICOS

AS1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor, média.....	24
AS2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública	25
AS3. Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos.....	26
AS4. Dívida externa, dívida oficial, por devedor e reservas	27

Agradecimentos

A edição de outubro de 2023 do relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* foi elaborada por uma equipa liderada por Saad Quayyum, sob a supervisão de Andrew Tiffin, Luc Eyraud e Catherine Pattillo.

A equipa foi composta por Abdel-Latif, Wenjie Chen, Michele Fornino, Cleary Haines, Irena Jankulov Suljagic, Thibault Lemaire, Hamza Mighri, Francine Nyankiye, Alvaro Piris, Henry Rawlings, Arthur Sode.

Charlotte Vazquez foi responsável pela produção do relatório, com a assistência de Yao Nourdine Ouattara.

A edição final e produção foram supervisionadas por Cheryl Toksoz, do Departamento de Comunicação.

Grupos de países

África Subsariana: Grupos de países

Países exportadores de petróleo	Outros países ricos em recursos naturais	Países pobres em recursos naturais	Países de rendimento médio	Países de baixo rendimento	Países frágeis e afetados por conflitos ¹
Angola	África do Sul	Benim	África do Sul	Burkina Faso	Burkina Faso
Camarões	Botsuana	Burundi	Angola	Burundi	Burundi
Chade	Burkina Faso	Cabo Verde	Benim	Chade	Camarões
Gabão	Eritreia	Comores	Botsuana	Eritreia	Chade
Guiné Equatorial	Gana	Côte d'Ivoire	Cabo Verde	Etiópia	Comores
Nigéria	Guiné	Essuatíni	Camarões	Gâmbia	Eritreia
Rep. do Congo	Libéria	Etiópia	Comores	Guiné	Etiópia
Sudão do Sul	Mali	Gâmbia	Côte d'Ivoire	Guiné-Bissau	Guiné-Bissau
	Namíbia	Guiné-Bissau	Essuatíni	Libéria	Mali
	Níger	Lesoto	Gabão	Madagáscar	Moçambique
	Rep. Centro-Africana	Madagáscar	Gana	Maláui	Níger
	Rep. Dem. do Congo	Maláui	Guiné Equatorial	Mali	Nigéria
	Serra Leoa	Maurícias	Lesoto	Moçambique	Rep.
	Tanzânia	Moçambique	Maurícias	Níger	Centro-Africana
	Zâmbia	Quénia	Namíbia	Rep.	Rep. Dem
	Zimbabué	Ruanda	Nigéria	Centro-Africana	do Congo
		São Tomé e Príncipe	Quénia	Rep. Dem. do Congo	Rep. do Congo
		Seicheles	Rep. do Congo	do Congo	São Tomé e Príncipe
		Senegal	São Tomé e Príncipe	Ruanda	Sudão do Sul
		Togo	Seicheles	Serra Leoa	Zimbabué
		Uganda	Senegal	Sudão do Sul	
			Zâmbia	Tanzânia	
				Togo	
				Uganda	
				Zimbabué	

1 Países frágeis e afetados por conflitos com base na classificação do Banco Mundial, *Classification of Fragile and Conflict-Affected Situations, FY2024*.

África Subsariana: Países membros de grupos regionais

União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)	Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC)	Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA)	Comunidade da África Oriental (*CAO-5)	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)	União Aduaneira da África Austral (SACU)	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)
Benim	Camarões	Burundi	*Burundi	África do Sul	África do Sul	Benim
Burkina Faso	Chade	Comores	*Quénia	Angola	Botsuana	Burkina Faso
Côte d'Ivoire	Gabão	Eritreia	*Ruanda	Botsuana	Essuatíni	Cabo Verde
Guiné-Bissau	Guiné Equatorial	Essuatíni	*Tanzânia	Comores	Lesoto	Côte d'Ivoire
Mali	República	Etiópia	*Uganda	Essuatíni	Namíbia	Gâmbia
Níger	Centro-Africana	Madagáscar	Sudão do Sul	Lesoto		Gana
Senegal	República do Congo	Maláui		Madagáscar		Guiné
Togo		Maurícias		Maláui		Guiné-Bissau
		Quénia		Maurícias		Libéria
		Rep. Dem. do Congo		Moçambique		Mali
		Ruanda		Namíbia		Níger
		Seicheles		Rep. Dem. do Congo		Nigéria
		Uganda		do Congo		Senegal
		Zâmbia		Seicheles		Serra Leoa
		Zimbabué		Tanzânia		Togo
				Zâmbia		
				Zimbabué		

Pressupostos e convenções

As seguintes convenções foram utilizadas nesta publicação:

Nos quadros, a elipse (. . .) indica “dados não disponíveis” e 0 ou 0,0 indicam “zero” ou “negligenciável”. Pequenas discrepâncias entre os totais e a soma das suas componentes devem-se a arredondamentos.

O sinal (-) entre anos ou meses (por exemplo, 2011–2012 ou janeiro–junho) indica o período coberto, do primeiro ao último ano ou mês; o sinal (/) entre anos ou meses (por exemplo, 2011/2012) indica um exercício orçamental ou financeiro, assim como a abreviatura EF (por exemplo, Exercício 2012).

“Ponto base” significa um centésimo de 1 ponto percentual (por exemplo, 25 pontos base são equivalentes a quarto de 1 ponto percentual).

Nesta publicação, o termo “país” não se refere necessariamente a uma entidade territorial que constitui um Estado, tal como definido pelo direito e práticas internacionais. O termo também pode ser utilizado para algumas entidades territoriais que não são Estados, mas cujas estatísticas são compiladas separadamente e de forma independente.

As fronteiras, cores, denominações e outras informações apresentadas no mapa não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Fundo Monetário Internacional sobre a situação jurídica de qualquer território ou o endosso ou aceitação de tais fronteiras.

África Subariana: Abreviaturas dos países

AGO	Angola	ERI	Eritreia	MLI	Mali	STP	São Tomé e Príncipe
BDI	Burundi	ETH	Etiópia	MOZ	Moçambique	SWZ	Essuatíni
BEN	Benim	GAB	Gabão	MUS	Maurícias	SYC	Seicheles
BFA	Burkina Faso	GHA	Gana	MWI	Maláui	TCD	Chade
BWA	Botsuana	GIN	Guiné	NAM	Namíbia	TGO	Togo
CAF	República Centro-Africana	GMB	Gâmbia	NER	Níger	TZA	Tanzânia
CIV	Côte d'Ivoire	GNB	Guiné-Bissau	NGA	Nigéria	UGA	Uganda
CMR	Camarões	GNQ	Guiné Equatorial	RWA	Ruanda	ZAF	África do Sul
COD	República Democrática do Congo	KEN	Quénia	SEN	Senegal	ZMB	Zâmbia
COG	República do Congo	LBR	Libéria	SLE	Serra Leoa	ZWE	Zimbabué
COM	Comores	LSO	Lesoto	SSD	Sudão do Sul		
CPV	Cabo Verde	MDG	Madagáscar				

Sumário executivo

2023 tem sido um ano difícil para a atividade das economias da África Subsariana. A guerra da Rússia na Ucrânia desencadeou um choque inflacionista que levou ao aumento das taxas de juro a nível mundial, resultando numa desaceleração da procura internacional, em diferenciais elevados e na manutenção de pressões cambiais. Consequentemente, **espera-se que o crescimento em 2023 diminua pelo segundo ano consecutivo para 3,3%** face a 4,0% no ano anterior.

Prevê-se que a região recupere no próximo ano, com o crescimento a aumentar para 4,0% em 2024, recuperando em quatro quintos dos países da África Subsariana e registando bons desempenhos em países pobres em recursos naturais. Os desequilíbrios macroeconómicos também estão a diminuir, com a inflação a descer na maior parte da região e as finanças públicas a seguirem gradualmente uma trajetória mais sustentável.

Mas a recuperação não está garantida. Um abrandamento dos esforços de reforma, um aumento da instabilidade política na região ou riscos externos em sentido descendente (incluindo a desaceleração da atividade económica da China) podem comprometer o crescimento. Além disso, **existem quatro nuvens no horizonte** que requerem uma ação decisiva em termos de políticas face um contexto marcado por soluções de compromisso difíceis:

- Em primeiro lugar, a **inflação ainda está demasiado elevada**. Situa-se em dois dígitos em 14 países e mantém-se acima da meta na maioria das economias com metas explícitas.
- Em segundo lugar, a região continua a enfrentar **pressões cambiais significativas**.
- Em terceiro lugar, os fatores de vulnerabilidade da dívida são elevados. **A contração do financiamento ainda não terminou**, uma vez que as taxas de financiamento permanecem elevadas e a renovação da dívida constitui um desafio. Acresce que metade dos países de baixo rendimento da região estão sujeitos a um risco elevado de sobre-endividamento ou já se encontram em situação de sobre-endividamento.
- Por último, embora a recuperação esteja em curso, as disparidades económicas na região estão a aumentar, em particular **os rendimentos per capita nas economias ricas em recursos naturais, que continuam fracos**.

Tendo em conta este contexto, devem ser implementadas as seguintes **prioridades de política**:

- **Combater a inflação**: nos países onde a inflação é elevada, mas tem vindo a diminuir, poderá justificar-se uma “pausa”, mantendo-se as taxas nos atuais níveis elevados até a inflação se encontrar firmemente numa trajetória convergente com a meta. Nos países em que a inflação ainda está a aumentar, poderá ser necessário adotar uma política monetária mais restritiva até que existam sinais claros de um abrandamento da inflação.
- **Gerir as pressões cambiais**: no caso dos países com paridade cambial, a política monetária deve ser alinhada com a do país âncora para preservar a estabilidade externa e evitar novas perdas de reservas. Para os países com taxas de câmbio flutuantes, deve permitir-se que as moedas se ajustem tanto quanto possível, uma vez que os esforços para resistir a flutuações baseadas nos fundamentos têm um custo considerável. O ajustamento deve ser acompanhado de outras medidas de política: uma política monetária mais restritiva para manter a inflação controlada; um apoio orientado para os pobres; reformas estruturais destinadas a reforçar o setor das exportações; e uma consolidação orçamental, sempre que o défice orçamental agrave as pressões cambiais.
- **Gerir as obrigações de dívida e, ao mesmo tempo, criar espaço para despesas de desenvolvimento**: em grande parte da região, a política orçamental deve adaptar-se a um envelope de financiamento mais restritivo e a vulnerabilidades elevadas da dívida. Tal implica uma melhor mobilização das receitas internas, uma abordagem estratégica às despesas, a contração prudente de empréstimos e a ancoragem da política orçamental através de um quadro a médio prazo credível. Nos poucos países em que a dívida é insustentável, poderá também ser necessária uma reestruturação da dívida. Tendo em conta as grandes necessidades de desenvolvimento e o espaço orçamental limitado, **a maioria dos países necessita de um maior apoio financeiro dos doadores**.

- **Melhorar os padrões de vida e o crescimento potencial, nomeadamente nos países ricos em recursos naturais:** o aumento do rendimento *per capita* exigirá reformas estruturais abrangentes, incluindo o investimento na educação, uma melhor gestão dos recursos naturais, a melhoria do ambiente de negócios e da digitalização, bem como um compromisso com a integração comercial.

[Notas analíticas das Perspetivas Económicas Regionais](#). Um conjunto de notas analíticas explora, em paralelo, determinados tópicos de interesse atual. “[Relações económicas da África Subsariana com a China numa encruzilhada](#)” analisa as relações entre a África e a China, bem como as implicações de um abrandamento da atividade económica na China. “[Dilemas da dívida na África Subsariana: alguns princípios e concessões na reestruturação da dívida](#)” discute a evolução da dívida e como abordar a reestruturação da dívida soberana. “[A grande contração: financiar o desenvolvimento numa era de austeridade](#)” analisa as tendências do financiamento do desenvolvimento e as suas implicações em termos de políticas.

Uma luz no horizonte?

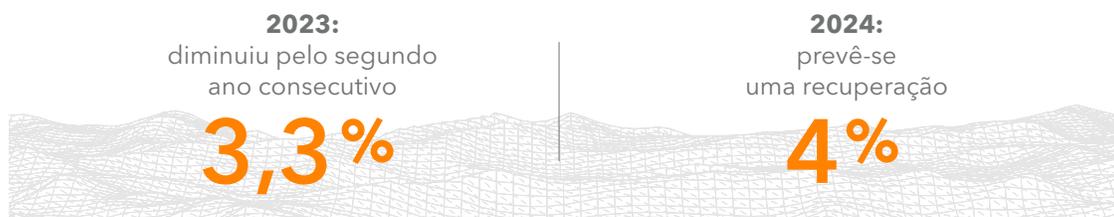
Os países da África Subsaariana, que ainda estão a recuperar da pandemia de COVID-19, foram atingidos por um fraco crescimento económico a nível mundial, o aumento da inflação mundial, elevados custos de financiamento e uma crise do custo de vida. Consequentemente, espera-se que o crescimento em 2023 diminua pelo segundo ano consecutivo para 3,3% face a 4,0% no ano anterior. Mas a tão esperada recuperação está no horizonte. A inflação está a diminuir, as finanças públicas estão a estabilizar e o crescimento deverá aumentar para 4,0% no próximo ano. Porém, apesar de as perspetivas serem menos negativas, ainda é muito cedo para festejar. Em muitos casos, a inflação é ainda demasiado alta, os custos de financiamento são ainda elevados, as pressões cambiais persistem e a instabilidade política continua a ser motivo de preocupação. Para assegurar que a retoma que se avizinha não seja mais do que um mero vislumbre de luz distante, é importante que as autoridades evitem uma flexibilização prematura das políticas de estabilização, ao mesmo tempo que implementam reformas para recuperar o terreno perdido após quatro anos de crise e criam um novo espaço para atender às prementes necessidades de desenvolvimento da região.

2023 tem sido um ano difícil



Verificou-se um abrandamento da procura internacional, taxas de juro mais elevadas a nível mundial, diferenciais elevados e a continuação de pressões sobre as taxas de câmbio. Todos estes fatores combinados contribuíram para uma forte contração do financiamento.

A tão esperada recuperação do crescimento deverá ocorrer no próximo ano



A recuperação económica não está garantida: quatro prioridades de política



Inflação persistente



Pressões cambiais



Sustentabilidade das finanças públicas



Recuperações divergentes

Evolução recente e perspetivas: um distante raio de esperança

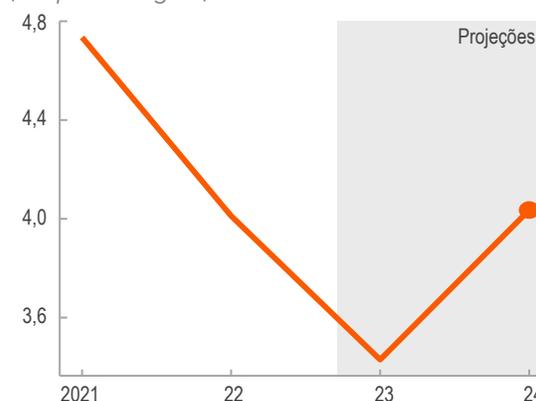
Após um ano difícil em 2023, espera-se que a atividade na região recupere no próximo ano...

2023 tem sido mais um ano desafiante. A guerra da Rússia na Ucrânia desencadeou um choque inflacionista que provocou o aumento das taxas de juro em todo o mundo, causando um impacto significativo este ano. No caso da África Subariana, isso traduziu-se num abrandamento da procura internacional, taxas de juro mais elevadas a nível mundial, diferenciais elevados e a continuação de pressões sobre as taxas de câmbio. Todos estes fatores combinados contribuíram para uma forte contração do financiamento – mais um choque para uma região que ainda está a recuperar da pandemia de COVID-19. Consequentemente, espera-se que o crescimento em 2023 diminua pelo segundo ano consecutivo para 3,3% face a 4,0% no ano anterior.

O crescimento na África Subariana deverá recuperar e situar-se em 4,0% em 2024 (figura 1). As estimativas do modelo sugerem que a recuperação da região pode já ter começado. Os dados do PIB para a maioria dos países ainda só estão disponíveis para o primeiro trimestre de 2023. Mas os indicadores de alta frequência mostram que a atividade agregada da região melhorou no segundo trimestre.¹ A escassez disruptiva de energia na África do Sul, importante para a região, aumentou significativamente em 2022 e afetou o crescimento do país em 2023. No entanto, mesmo nestas circunstâncias, os resultados do primeiro semestre do ano excederam as expectativas devido ao impacto inferior ao projetado da escassez de energia e à resiliência contínua do setor dos serviços. Em termos prospetivos, a dimensão relativa da África do Sul (19,5% do PIB regional) significa que o crescimento regional médio em 2024 refletirá, em grande medida, a futura recuperação económica da África do Sul (figura 2), que, por sua vez, será impulsionada pelas medidas tomadas pelo país para resolver os problemas prementes no

Figura 1. África Subariana: crescimento do PIB, 2021-2024

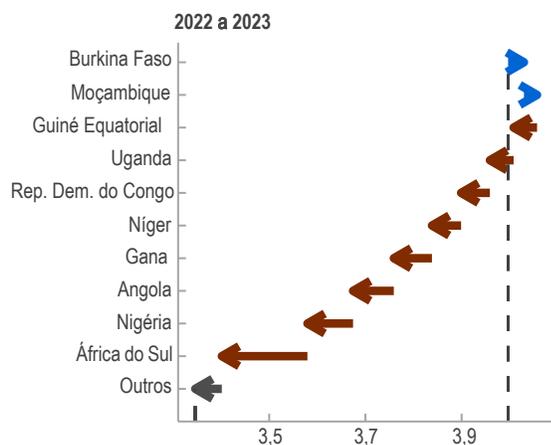
(em percentagem)



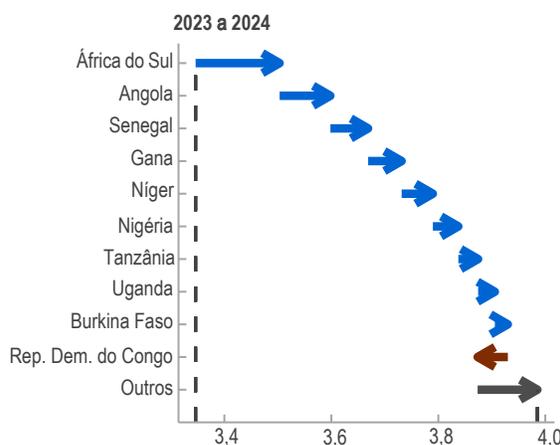
Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Figura 2. África Subariana: contributos para a variação do crescimento do PIB

(contributos percentuais, de 4,0 a 3,3)



(Contributos percentuais, de 3,3 a 4,0)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

¹ Barhoumi et al., 2022.

setor da energia. Mas a recuperação da região vai para além da África do Sul. Com efeito, o crescimento vai aumentar em cerca de quatro quintos das economias da região, o que representa um forte contraste com 2023.

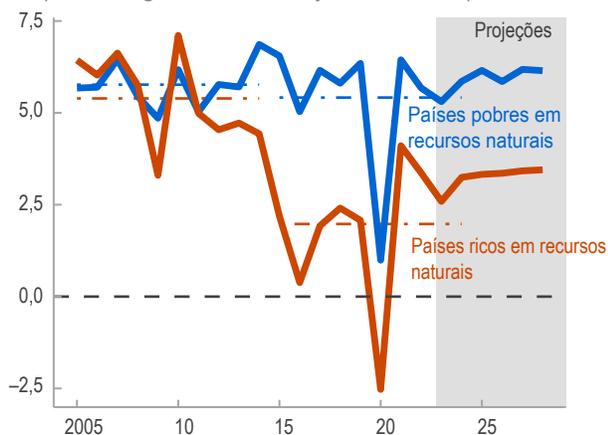
... com um crescimento mais rápido nas economias mais diversificadas da região

No entanto, existe uma forte heterogeneidade na região, nomeadamente no que diz respeito à **disparidade entre os países ricos em recursos naturais e os países pobres em recursos naturais**, e prevê-se que esta situação perdure. Ambos os grupos de economias recuperarão no próximo ano, mas a diferentes ritmos. A queda dos preços das matérias-primas continuará a pesar nas exportações na maioria das economias ricas em recursos naturais, mas o crescimento global melhorará, passando de 2,6% em 2023 para 3,2% em 2024, impulsionado sobretudo pelo consumo privado e, em alguns casos, pelo lançamento (ou relançamento) de vários projetos de hidrocarbonetos (Níger, Senegal) e projetos mineiros que começam a produzir (Libéria, Mali, República Democrática do Congo, Serra Leoa). Por outro lado, o crescimento nos países pobres em recursos naturais será apoiado tanto pelo consumo como pelo investimento, prevendo-se que melhore de 5,3% para uns impressionantes 5,9% (figura 3).

Esta **recuperação a duas velocidades é um padrão de longa data**, tornando-se particularmente acentuado após o choque dos preços das matérias-primas em 2015 (ver "[Recuperação dupla num contexto de elevada incerteza](#)," abril de 2019 das *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana*). Desde esse episódio, a disparidade entre estes dois tipos de economias tornou-se mais enraizada. Nenhum grupo de países deverá recuperar completamente o terreno perdido na crise, mas os países que não dispõem de recursos naturais revelaram-se mais resilientes graças à maior diversificação das suas economias. Por outro lado, nas economias ricas em recursos naturais, uma estrutura menos diversificada, a par de uma maior exposição a choques externos, afetou a confiança e a atividade dos investidores - enfraquecendo as perspetivas a curto prazo e comprometendo o crescimento potencial a longo prazo (figura 4).

Figura 3. África Subsariana: crescimento do PIB, 2005-2028

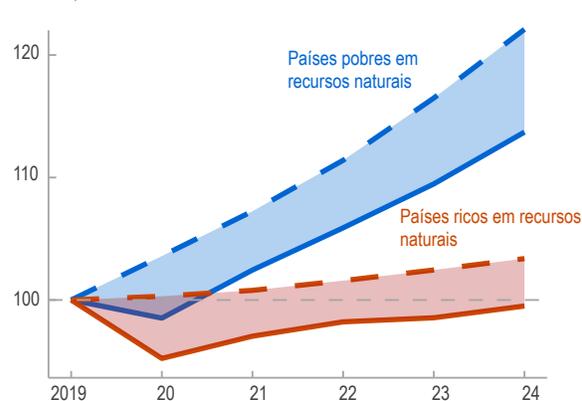
(em percentagem, linha tracejada = média ponderada)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.
Nota: ver grupos de países na página vi.

Figura 4. África Subsariana: PIB real per capita, 2019-2024

(índice 2019 = 100, linha tracejada = projeções anteriores à crise)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.
Nota: ver grupos de países na página vi.

Melhoria das condições externas

Embora a conjuntura mundial continue difícil, registaram-se algumas melhorias desde a publicação da edição de abril de 2023 das *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana*:

- Em primeiro lugar, após três longos anos, a Organização Mundial da Saúde declarou o **fim da pandemia**.
- Em segundo lugar, **o consumo revelou-se inesperadamente resiliente em inúmeras grandes economias**, pelo que as projeções (ainda em baixa) para o crescimento mundial em 2023 foram revistas em alta desde abril.

- Em terceiro lugar, a **inflação mundial está a diminuir lentamente** (figura 5). Muitas das grandes economias pararam agora de aumentar as taxas de juro diretoras e as condições financeiras internacionais estão mais flexíveis, o que ajudou a reduzir os diferenciais da dívida soberana dos países da África Subsariana, aliviando assim parte da pressão sobre a contração do financiamento.²
- Por último, **as cadeias de abastecimento mundiais normalizaram-se e os preços dos produtos alimentares e energéticos desceram**. Os preços internacionais dos produtos alimentares diminuíram mais de 20% nos últimos 18 meses. Uma vez que os produtos alimentares representam quase 40% do cabaz de consumo da África Subsariana, esta é uma boa notícia para uma região que enfrenta uma grave crise do custo de vida e onde a incidência da pobreza já atingiu um nível preocupante. Estima-se que cerca de um terço da população na África Subsariana viva com menos de 2,15 dólares dos Estados Unidos por dia.

Os desequilíbrios macroeconómicos estão a diminuir

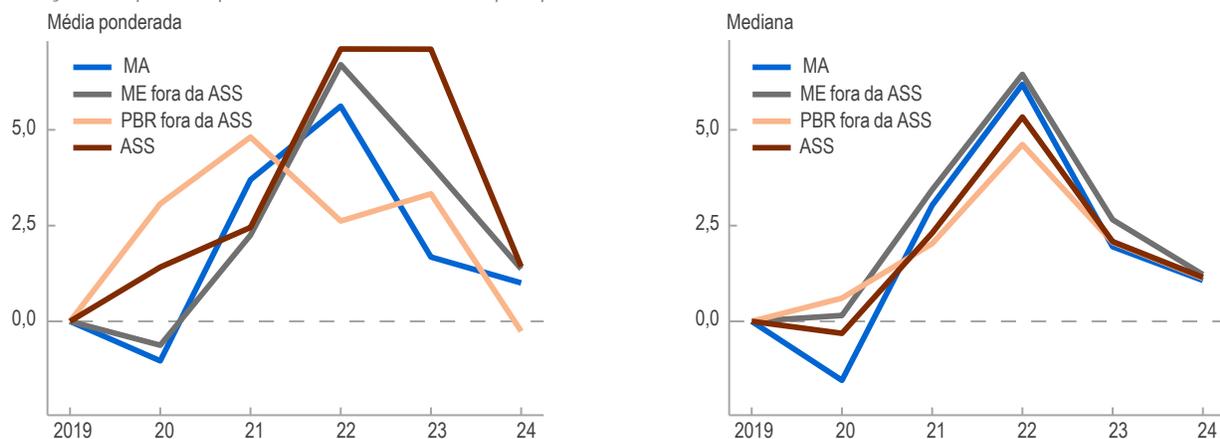
A **inflação está a descer na África Subsariana**. Tendo atingido um máximo histórico em março de 2023 de quase 10% (em termos homólogos), a inflação mediana na África Subsariana diminuiu 3 pontos percentuais, elevando a estimativa mais recente para 7% em julho.

Tal como com o crescimento, existe uma forte heterogeneidade entre os países da região. Os países com taxas de câmbio flexíveis têm, em média, taxas de inflação mais elevadas do que os países com regimes mais fixos, e quase um terço da região apresentava ainda uma inflação de dois dígitos em julho de 2023. No entanto, de acordo com os últimos dados disponíveis, **mais de 40% dos países registaram uma descida consistente da inflação durante, pelo menos, dois meses**. E a inflação na maioria dos outros países deverá atingir o seu valor máximo em breve, com apenas cinco países (Angola, Burkina Faso, Guiné Equatorial, Níger, Seicheles) a projetarem o aumento da inflação ao longo de 2024. Alguns países com inflação elevadas são economias de dimensão relativamente grande (Gana, Etiópia, Nigéria), pelo que a taxa média ponderada para a região é também elevada. No entanto, tendo em conta o país mediano, observa-se que o impacto da crise na África Subsariana, bem como a trajetória de desinflação projetada para a região, estão globalmente alinhados com as tendências noutras regiões (figura 5).

A **inflação interna dos preços dos produtos alimentares também diminuiu**, impulsionada, em grande medida, por uma queda generalizada dos preços mundiais dos produtos alimentares, o que tem uma importância crucial para a segurança alimentar da região. Em geral, quando os preços internacionais dos produtos alimentares

Figura 5. Inflação mundial durante a crise

(variação em pontos percentuais face ao nível pré-pandemia no final de 2019)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Nota: MA = mercados avançados; ME fora da ASS = mercados emergentes fora da ASS; PBR fora da ASS = países de baixo rendimento fora da África Subsariana; ASS = África Subsariana.

² Os diferenciais das Eurobonds diminuíram 150 pontos de base entre março e finais de setembro de 2023.

descem, a inflação interna dos produtos alimentares demora 6 a 12 meses a descer nos países em causa e essa descida dos preços repercute-se quase totalmente nos alimentos básicos importados. Embora a inflação mediana dos preços dos produtos alimentares permaneça ainda demasiado elevada, situando-se acima dos 10%, a inflação diminuiu em relação a um máximo histórico de quase 16% registado em outubro de 2022 (figura 6). A tendência recente é uma evolução positiva para a região, uma vez que a **África Subsariana é a região com maior insegurança alimentar do mundo**. De acordo com as projeções para 2023, **142 milhões de pessoas** (ou 12% da população) se encontram em situação de insegurança alimentar aguda, mais 10 milhões do que no ano passado.

No que respeita à situação orçamental da região, **as finanças públicas estão a orientar-se gradualmente para uma trajetória mais sustentável**. Em 2020, o défice orçamental mediano (excluindo donativos) aumentou fortemente para 8,2% do PIB, devido ao impacto da pandemia nas receitas e à necessidade de proteger os mais vulneráveis (figura 7). Por conseguinte, a dívida pública mediana também aumentou acentuadamente, passando de cerca de 51,5% em 2019 para quase 59% em 2020 (figura 8). No entanto, poucos países tinham espaço orçamental para sustentar esse esforço no início da crise e **a maioria das autoridades iniciou, desde então, um processo de consolidação**. O défice mediano (excluindo donativos) reduziu-se para 6,1% do PIB em 2022, prevendo-se que continue a abrandar para 5,3% em 2023. Assim, **os níveis da dívida estabilizaram**, em grande medida, em cerca de 60% a partir de 2021 e deverão começar a diminuir ligeiramente a partir de 2024, pondo fim a uma tendência ascendente de quase dez anos. Até à data, o ajustamento orçamental reflete uma combinação quase igual de contenção das despesas e um aumento das receitas (em percentagem do PIB).

Para além da consolidação geral, alguns países (Angola, Gâmbia, Nigéria, Zâmbia) começaram a implementar **reformas significativas em matéria de subsídios à energia** para criar espaço para as despesas de desenvolvimento. Na Nigéria, por exemplo, em junho de 2023, as autoridades eliminaram os subsídios aos combustíveis, que

Figura 6. África Subsariana: inflação dos produtos alimentares, 2002-2023

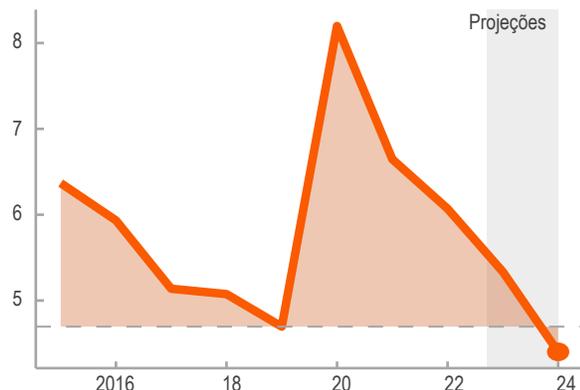
(em percentagem, em termos homólogos, mediana, em julho de 2023)



Fontes: Haver Analytics; autoridades nacionais; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 7. África Subsariana: défice público (excluindo donativos), 2015-2024

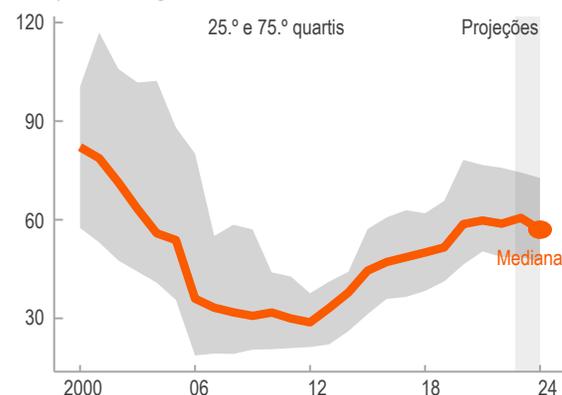
(em percentagem do PIB, mediana, linha tracejada = nível anterior à crise)



Fonte: FMI, base de dados do World Economic Outlook.

Figura 8. África Subsariana: dívida pública 2000-2024

(em percentagem do PIB)



Fonte: FMI, base de dados do World Economic Outlook.

representaram um custo de cerca de 10 mil milhões de dólares dos Estados Unidos no ano passado – quatro vezes o montante despendido na saúde. A maioria desses subsídios foi mal orientada e tendeu a beneficiar os segmentos mais prósperos da população. Além disso, uma quantidade significativa de combustível estava a ser contrabandeada para fora do país, recompensando o comportamento de procura de receitas de um pequeno número de indivíduos e subsidiando efetivamente os consumidores (ou distribuidores) dos Estados vizinhos. Do mesmo modo, Angola anunciou planos para uma supressão progressiva dos subsídios à energia no valor de quase 4 mil milhões de dólares dos Estados Unidos.

Mas algumas nuvens negras pairam sobre a região...

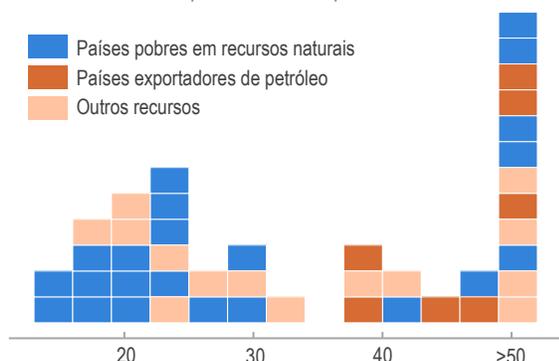
A recuperação prevista para o próximo ano é muito bem-vinda, mas não está garantida:

- **Em primeiro lugar, a contração do financiamento ainda não terminou.** Os níveis da dívida estabilizaram em toda a região, mas permanecem muito elevados em muitos casos. Mais de metade dos países de baixo rendimento da região estão em risco elevado de sobre-endividamento ou já se encontram em situação de sobre-endividamento. Além disso, como a tendência aponta para uma transição para o financiamento de mercado, que é mais oneroso do que os empréstimos de credores oficiais, **as obrigações do serviço da dívida aumentaram exponencialmente.** Além disso, embora os diferenciais soberanos tenham abrandado face ao seu máximo no início do ano, **os custos de endividamento mantêm-se elevados.** No caso dos países que não se encontram em situação de sobre-endividamento, a rentabilidade média das Eurobonds pendentes é superior a 12%, em comparação com 7% antes da pandemia. Embora as taxas de juro mundiais devam acabar por diminuir em linha com a descida da inflação, não se espera que as taxas mundiais a mais longo prazo regressem, nos próximos tempos, aos níveis registados antes da crise. Com as taxas de rendibilidade atuais, não foi emitida qualquer Eurobond desde abril de 2022 e **alguns países podem ter dificuldade em refinarçar os passivos a curto prazo.** De facto, os próximos reembolsos agregados de Eurobonds de cerca de 6 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em 2024 e em 2025 são particularmente preocupantes.
- **Em segundo lugar, a inflação ainda está demasiado elevada.** Embora a inflação registre uma tendência descendente em mais de 40% da região, **as taxas permanecem ainda acima dos níveis anteriores à pandemia.** Nos países onde as expectativas não estão bem ancoradas, quanto mais tempo persistir uma inflação elevada, maior a perspectiva de uma espiral de efeitos de segunda ordem. Isso, por sua vez, pode exigir que as autoridades monetárias se adotem medidas mais restritivas e imponham possíveis obstáculos adicionais às autoridades orçamentais, que podem enfrentar exigências acrescidas em matéria de salários do setor público.
- **Em terceiro lugar, mantêm-se as pressões sobre as taxas de câmbio.** Uma consequência adicional da contração do financiamento, o aumento das taxas de juro mundiais e o abrandamento dos preços das matérias-primas exerceram pressão sobre a maioria das moedas da África Subsariana, dificultando as escolhas enfrentadas pelos decisores de política (em especial na luta contra a inflação). Para os que dispõem de regimes flexíveis, em especial os que têm preocupações em matéria de competitividade ou reservas reduzidas, os esforços para resistir às flutuações cambiais podem, em última instância, comprometer o crescimento e agravar ainda mais a contração do financiamento (ver abaixo).
- **Em quarto lugar, a prosperidade a mais longo prazo permanece frágil, em especial nas economias menos diversificadas.** A África Subsariana dispõe de recursos naturais invejáveis e de uma população em rápido crescimento. Mas **os rendimentos de muitos dos habitantes da região estagnaram.** Na verdade, o crescimento do rendimento *per capita* é, há muito, significativamente mais moderado nos países ricos em recursos naturais, onde vive quase dois terços da população. Nos países mais diversificados, o rendimento *per capita* está atualmente a aumentar a um respeitável ritmo de 3,5%, o que sugere que os padrões de vida podem duplicar em apenas 20 anos. No entanto, nos países menos diversificados em termos de recursos naturais, a continuação do baixo crescimento do produto e a rápida evolução demográfica sugerem que a **duplicação dos padrões de vida pode demorar gerações**, se alguma vez se verificar (figura 9). Assim, um desafio fundamental para os decisores de política destes países consiste em melhorar a gestão dos recursos e acelerar o processo de diversificação, ajudando a reduzir a divergência dos padrões de vida em toda a região.

- **Em quinto lugar, exemplos recentes de instabilidade política sublinharam as implicações da fragilidade persistente.** Quarenta por cento da África Subariana é classificada como frágil ou em conflito. Desde 2020, verificaram-se 11 golpes ou tentativas de golpe na região, o que representa um aumento acentuado em relação à relativa tranquilidade dos 20 anos anteriores (figura 10). Os custos económicos e humanitários da instabilidade política não são novos, mas a crescente fragmentação geoeconómica está a agravar as tensões políticas e sociais em alguns países frágeis, incluindo no Sahel. Além disso, os Estados frágeis e afetados por conflitos estão particularmente expostos a eventos exógenos, como os choques climáticos. Os dados disponíveis sugerem que, na sequência de eventos climáticos extremos, as perdas acumuladas de produto podem ascender a cerca de 4% nos Estados frágeis, em comparação com cerca de 1% noutros países (Jaramillo *et al.*, 2023). Por sua vez, estas perdas limitam a capacidade de os países se protegerem contra choques futuros, com consequências que se repercutem a outros grupos de países, muitas vezes ao longo de várias gerações.

Figura 9. África Subariana: tempo necessário para duplicar o rendimento

(anos, um bloco representa um país)

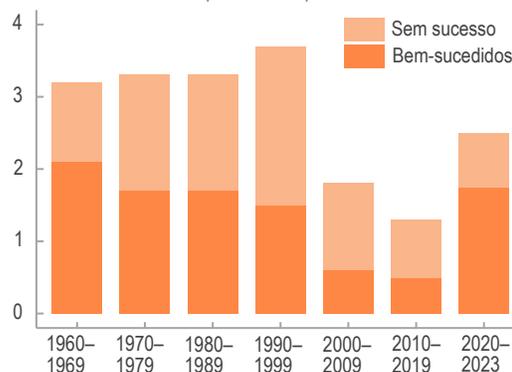


Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook* e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: ver grupos de países na página vi.

Figura 10. África Subariana: golpes por ano, 1960-2023

(número médio de episódios por ano)



Fontes: Jonathan Powell, *University of Central Florida*; and Clayton Thyne, *University of Kentucky*.

...e o caminho a percorrer será turbulento, com o abrandamento dos riscos a nível mundial, mas com o aumento dos riscos locais

A nível mundial, os riscos diminuíram desde a edição de abril de 2023 das *Perspetivas Económicas Regionais: África Subariana*. É certo que, após uma crise de quatro anos e com margens orçamentais e reservas limitadas, a capacidade da maioria dos países da África Subariana para absorver novos choques continua a ser limitada. Mas os riscos externos são agora muito mais equilibrados. A atividade nas principais economias tem sido mais resiliente do que o esperado e a inflação está a diminuir, muitas vezes de forma surpreendente. Além disso, as medidas rápidas tomadas para conter a turbulência no setor bancário reduziram os riscos imediatos de tensões financeiras. Assim, de um modo geral, o risco de uma aterragem difícil (“hard landing”) diminuiu a nível mundial. No entanto, o ambiente mundial continua a representar um desafio e subsistem importantes riscos em sentido descendente:

- Mais importante ainda para a África Subariana, o crescimento na China, o maior parceiro comercial da região, está já a abrandar e poderá ser inferior ao esperado. Tal poderá afetar não apenas as exportações da África Subariana, mas também reduzir as entradas de investimento direto estrangeiro e a concessão de empréstimos da segunda maior economia mundial (ver nota analítica intitulada “[Relações económicas da África Subariana com a China numa encruzilhada](#)”). Um cenário em sentido descendente com uma contração mais acentuada do que o esperado do mercado imobiliário chinês e uma menor confiança dos consumidores

abrandariam a atividade mundial e tornariam mais restritivas as condições financeiras dos mutuários dos mercados emergentes e economias em desenvolvimento, conduzindo a uma descida acumulada de -1,25% do produto da África Subsariana em 2024-2026.

- **Os mercados financeiros podem tornar-se inesperadamente mais restritivos**, limitando assim a capacidade de as economias da África Subsariana contraírem empréstimos nos mercados internacionais. Tal continua a representar uma preocupação, uma vez que as expectativas de mercado quanto às taxas de juro diretas nas economias avançadas ainda diferem das intenções anunciadas, aumentando a perspetiva de uma reavaliação súbita dos riscos. A persistência de pressões sobre os preços ou preços dos produtos energéticos significativamente mais elevados a nível mundial podem também exigir uma política monetária mais restritiva do que o esperado nas economias avançadas, resultando em taxas de financiamento internacionais mais elevadas.
- **As crescentes tensões geopolíticas** podem pesar sobre o comércio mundial e o crescimento, bem como contribuir para a volatilidade dos preços das matérias-primas. Os preços dos produtos alimentares, por exemplo, já estão expostos a padrões meteorológicos adversos do El-Niño, mas podem agravar-se de forma ainda mais violenta se a guerra na Ucrânia se intensificar. De um modo mais geral, **as restrições ao comércio estão a aumentar**. No ano passado, quase 3000 restrições foram impostas a nível mundial, ou seja, quase três vezes mais do que o número imposto em 2019. Em termos prospetivos, a região está altamente exposta se as grandes economias derem prioridade ao interesse nacional em detrimento do bem comum mundial, em especial no tocante a questões como: transferências de tecnologia para países de baixo rendimento e restrições comerciais e alterações climáticas. Além disso, os países da África Subsariana podem ser forçados a escolher entre blocos políticos concorrentes, comprometendo os seus esforços de integração e diversificação do comércio e limitando assim o crescimento potencial (ver nota analítica "[Fragmentação geoeconómica: África Subsariana presa entre duas fragilidades](#)" referente à edição de abril de 2023 das *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana*).

Ainda assim, **a economia mundial está também sujeita a uma série de riscos em sentido ascendente**, incluindo novas descidas inesperadas da inflação subjacente; uma procura mais forte por parte dos consumidores, nomeadamente através de políticas favoráveis na China; e uma resposta superior às expectativas por parte dos investidores aos incentivos atualmente em vigor. Além disso, **as recentes descobertas no domínio da inteligência artificial e das tecnologias verdes** podem também provocar um novo período de forte crescimento da produtividade, impulsionando o investimento e o produto potencial. Um cenário global positivo com uma desinflação mais rápida, preços mais elevados das matérias-primas e uma forte recuperação do investimento nas economias avançadas poderá aumentar o produto acumulado nos países da África Subsariana ricos em recursos naturais em quase 0,5% do PIB no período 2024-2026.

Embora os riscos a nível mundial tenham diminuído, **os riscos específicos da região aumentaram** em toda a África Subsariana:

- Em particular, **o risco de conflito** aumentou significativamente devido às crescentes tensões geopolíticas, à fragilidade das instituições e a uma crise do custo de vida que deixou muitos para trás. O golpe militar no Níger aumentou a possibilidade de um conflito militar regional no Sahel, ao passo que na Etiópia, as tensões sociais e a perspetiva de uma maior violência persistem apesar de um acordo de paz. A situação em matéria de segurança continua a representar um desafio em vários outros países, como o Burkina Faso, o Chade, o Mali, Moçambique e a Nigéria. Por último, existe o risco de o agravamento do conflito no Sudão poder gerar mais tensões económicas e humanitárias nos países vizinhos.
- Perante a crescente tensão social, existe também o risco de a **dinâmica das reformas poder abrandar**, minando as perspetivas recentemente melhoradas da região em termos de estabilidade macroeconómica e crescimento.

Olhando para o horizonte: quatro políticas prioritárias

As autoridades da África Subsariana enfrentam alguns dos desafios políticos mais difíceis do mundo: manter a estabilidade macroeconómica num contexto de recursos limitados, de desenvolvimento urgente e necessidades humanitárias (incluindo a insegurança alimentar), choques frequentes, instabilidade e fragilidade políticas. Atualmente, com a pandemia oficialmente terminada (por agora), a inflação a descer e o crescimento aparentemente a aumentar, **as perspectivas começam finalmente a parecer menos negativas.**

Mas é muito cedo para festejar. Para assegurar que a retoma que se avizinha não seja mais do que um mero vislumbre de luz distante, é importante que as autoridades mantenham o ímpeto, evitando uma flexibilização prematura das políticas de estabilização, ao mesmo tempo que implementam reformas para recuperar o terreno perdido após quatro anos de crise e criam um novo espaço para atender às necessidades de desenvolvimento da região. Neste contexto, os decisores de política terão de se centrar em **quatro prioridades inter-relacionadas: combater a inflação**, permitir uma maior flexibilidade cambial, gerir as elevadas obrigações da dívida criando, ao mesmo tempo, espaço para as despesas de desenvolvimento, e impulsionar as perspectivas de um crescimento de base mais abrangente para assegurar a prosperidade de todos.

Como fazer face à inflação ainda elevada?

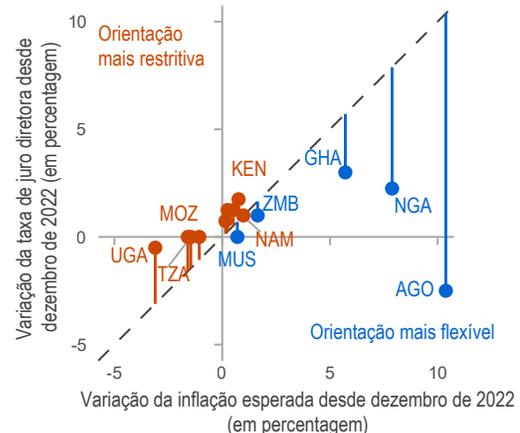
Como referido atrás, **a inflação global está a descer em muitos países da África Subsariana.** Tal foi apoiado por uma queda dos preços externos dos produtos alimentares e do petróleo comparativamente a 2022, mas os dados disponíveis sugerem que **a inflação subjacente também está a registar uma tendência descendente**, em parte resultante de um delicado processo de restritividade monetária nos últimos dois anos. Desde o final de 2021, o país mediano aumentou as taxas de juro diretoras em 350 pontos base, globalmente em linha com um aumento mediano dos mercados emergentes de 400 pontos base. Para além deste esforço, muitos países também tomaram medidas adicionais para eliminar o excesso de liquidez, aproximando as taxas interbancárias efetivas da principal taxa de juro diretora (Angola, Tanzânia, CEMAC, UEMOA) e introduziram limites ao crescimento do crédito (Etiópia). No entanto, alguns países também tomaram medidas menos ortodoxas para enfrentar as oscilações abruptas do custo de vida. Estas incluem o controlo de preços e a oferta de subsídios que ajudaram a limitar a inflação no Botsuana, Camarões, Côte d'Ivoire, Gabão, Guiné, Maláui, Ruanda e Togo.

Mas a inflação continua a ser demasiado elevada. No final de 2023, a inflação deverá **permanecer em dois dígitos em 14 países**, incluindo algumas das maiores economias da região, como a Etiópia, o Gana e a Nigéria. E entre os países com um intervalo da meta explícita para a inflação, esta mantém-se **acima da meta em dois terços dos casos.** Além disso, é provável que muitos países enfrentem um impulso inflacionista adicional à medida que os subsídios aos combustíveis e outras medidas de emergência forem revertidas (Angola, Nigéria, Senegal, Tanzânia) ou em resposta a uma volatilidade persistente nos preços mundiais do petróleo. Por conseguinte, a política continuará a refletir um equilíbrio delicado, incluindo uma avaliação sobre o momento em que será finalmente apropriado começar a aliviar a orientação da política monetária.

É difícil determinar a orientação adequada. Embora as taxas de juro diretoras tenham aumentado em quase todos os países, **podem nem sempre ter mantido o ritmo previsto da inflação**, pelo que podem não ter aumentado o custo real de financiamento (figura 11). Por exemplo,

Figura 11. África Subsariana: taxas de juro diretoras vs. inflação esperada

(com 1 ano de antecedência)



Fontes: Haver Analytics; FMI, base de dados do World Economic Outlook e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: ver as abreviaturas dos países na página vii.

na Nigéria, onde se registou aumentos modestos da taxa de juro diretora, a orientação da política monetária permanece flexível, devido, em grande medida, ao financiamento do défice orçamental pelo banco central, mas também ao impacto da depreciação e da flexibilização dos subsídios aos combustíveis na inflação.

Por último, uma consideração fundamental é a **necessidade de preservar a credibilidade das autoridades monetárias da região**. Ao nível da região, a capacidade das autoridades para conter a inflação num contexto de choques mundiais deve-se, em grande parte, à melhoria dos respetivos quadros de política ao longo das últimas duas décadas. Os progressos realizados em matéria de independência dos bancos centrais, dos quadros de metas de inflação, da flexibilidade da taxa de câmbio e da regulamentação macroprudencial desempenharam papéis fundamentais. Esta credibilidade está agora a ser testada. É necessário ter o cuidado de salvaguardar e reforçar este esforço, uma vez que um quadro de política mais credível ancora as expectativas face a choques futuros, reduzindo a restritividade necessária para manter a inflação controlada.

No ano passado, a orientação da política na África Subsariana foi relativamente inequívoca na maioria dos países: subir as taxas de juro diretoras para controlar o rápido aumento da inflação. Em termos prospetivos, **à medida que a inflação continuar a abrandar, é provável que as decisões sejam mais complicadas** e as alterações na orientação da política monetária sejam menos sincronizadas:

- Atualmente, **em algumas economias onde a inflação permanece elevada e persistente, a manutenção da restritividade da política monetária continua a ser apropriada** até existirem sinais claros de que a inflação está a descer e em vias de atingir a meta de inflação das autoridades. Tal é fundamental para salvaguardar a credibilidade e manter as expectativas de inflação a longo prazo ancoradas.
- **Nos países com inflação elevada, mas a diminuir, poderá justificar-se uma “pausa”,** mantendo-se as taxas nos atuais níveis elevados durante mais tempo até a inflação começar claramente a convergir para a meta definida. Uma flexibilização prematura poderá envolver o risco de um ressurgimento acentuado da inflação quando a atividade retomar. Num contexto de incerteza, caracterizado nomeadamente por receios de que o alívio gradual das medidas de emergência possa levar a um aumento da inflação, os decisores de política devem pecar por excesso de cautela.

De um modo mais geral, a **política monetária tem de continuar a basear-se em dados e ser coordenada com outras políticas**. No que respeita aos países onde a inflação alcançou a meta e as expectativas estão bem ancoradas, as autoridades poderão **considerar assumir progressivamente uma orientação de política mais neutra**. Por exemplo, em agosto de 2023, o Uganda reduziu as taxas de juro diretoras num contexto de perspetivas de inflação relativamente favoráveis. Em qualquer caso, continuará a ser essencial um forte compromisso para com a estabilidade de preços e os decisores de política deverão estar atentos ao ressurgimento de pressões inflacionistas. Do mesmo modo, as políticas devem ser **acompanhadas por comunicações prospetivas claras**, que descrevam as circunstâncias dos países e a evolução da conjuntura internacional, bem como a razão subjacente à atual orientação da política monetária. O reforço da comunicação dos bancos centrais pode ajudar a ancorar as expectativas de inflação e a aumentar a credibilidade da política monetária.

As taxas de câmbio são suficientemente flexíveis?

Tal como acima referido, a atual contração do financiamento significa que **a maioria dos países da África Subsariana continua a enfrentar pressões sobre as taxas de câmbio**. E uma vez que poucos países dispõem de reservas confortáveis, a política adotada pelas autoridades deverá refletir um equilíbrio delicado (figura 12).

No caso dos países com paridade cambial, a estabilidade exige que as autoridades ajustem o conjunto de políticas para **sustentar a paridade**. Tal envolverá a correspondência da orientação da política monetária à do país âncora, mas pode também exigir uma consolidação orçamental adicional (e coordenada) para controlar os desequilíbrios externos.

Nos países com regimes mais flexíveis, esta flexibilidade adicional não torna os desafios associados à política menos complexos. Recentemente, por exemplo, os decisores de política na maioria dos regimes sem paridade cambial permitiram a desvalorização das taxas de câmbio. Mas os dados disponíveis sugerem que muitos optaram por não permitir o pleno ajustamento das taxas de câmbio. Em alguns casos, isso resultou em grandes diferenciais entre as taxas do mercado oficial e as do mercado paralelo (Burundi, Etiópia, Zimbabué, Maláui), e, noutros, levou a uma deterioração adicional das reservas. A tentação de resistir às pressões cambiais é compreensível. Os decisores de política receiam, com razão, que a depreciação possa conduzir à inflação, agravando o custo de vida e fomentando a instabilidade social. No entanto, os esforços para resistir a movimentos baseados nos fundamentos também acarretam custos significativos. A taxa de câmbio é um sinal essencial através do qual as economias se ajustam a choques externos. Resistir a este ajustamento não faz desaparecer o choque, mas pode, em vez disso, tornar o ajustamento ainda mais difícil no futuro.

Por exemplo, nos países com reservas limitadas, a resistência à depreciação implica frequentemente o racionamento das taxas de câmbio ou o controlo dos preços, o que acaba por criar uma distorção. O racionamento pode privar as empresas das tão necessárias importações e perturbar a produção (Etiópia, Maláui, São Tomé e Príncipe). Do mesmo modo, o racionamento pode desencorajar as entradas de capital devido a preocupações dos investidores quanto à sua capacidade de repatriar os seus rendimentos. Mesmo sem racionamento, uma taxa de câmbio artificialmente elevada pode ainda dissuadir os investidores estrangeiros, que podem manter-se afastados até que se verifique um ajustamento antecipado. Assim, em vez de se evitarem os custos de ajustamento, os esforços para resistir à depreciação podem, pelo contrário, comprometer o crescimento e, na realidade, agravar a contração do financiamento. Além disso, podem ainda surgir pressões inflacionistas mesmo em caso de resistência, uma vez que os preços refletem, com frequência, movimentos cambiais no mercado informal paralelo e não no mercado oficial (como observado na Etiópia). Por conseguinte, por todas estas razões, parece preferível permitir o ajustamento da taxa de câmbio num contexto de fortes pressões cambiais baseadas nos fundamentos, em particular em países com reservas reduzidas (ver a nota analítica “Gerir as pressões cambiais na África Subsaariana - adaptar-se às novas realidades” publicada na edição de abril de 2023 das *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsaariana, A grande contração do financiamento*).

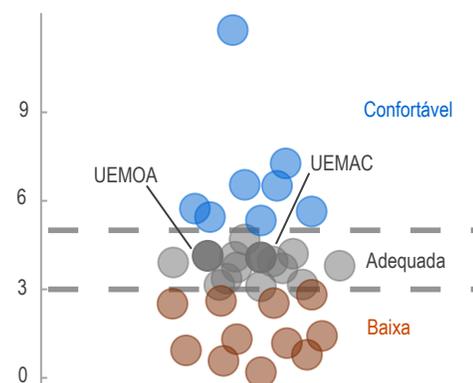
No entanto, o ajustamento requer um apoio coordenado em termos de políticas. Tal pode incluir uma política monetária mais restritiva para manter a inflação controlada e assegurar que as expectativas permanecem ancoradas. A consolidação orçamental pode também ser necessária, caso uma posição orçamental laxista esteja a exercer pressão sobre as taxas de câmbio (nomeadamente, através do financiamento monetário do défice orçamental). A Nigéria é um exemplo disso. A unificação da Naira tem sido uma medida ousada e necessária, mas não é por si só suficiente. É necessário um apoio complementar da política monetária e orçamental para evitar o ressurgimento de uma espiral de depreciação-inflação (figura 13). Para além das políticas de estabilização, deve ser criado um apoio social específico para proteger os mais vulneráveis. Para acelerar o realinhamento da atividade económica para setores mais competitivos, as reformas estruturais que eliminam os obstáculos ao setor dos bens transacionáveis podem maximizar os benefícios da depreciação cambial.

Como gerir as elevadas obrigações de dívida e, ao mesmo tempo, criar espaço para despesas de desenvolvimento?

Tal como acima referido, os níveis de dívida são elevados e a contração do financiamento está longe de ter terminado. Além disso, com os países a dependerem cada vez mais do financiamento de mercado, os

Figura 12. África Subsaariana: cobertura das reservas, 2022

(meses de importações)



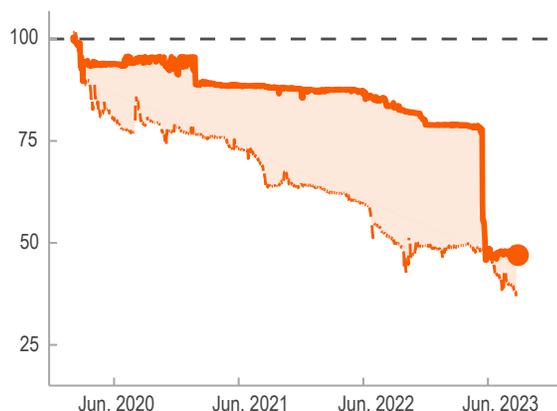
Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

pagamentos de juros dispararam, eliminando a margem para as despesas de desenvolvimento: o rácio mediano de pagamentos de juros/receitas é de 10,5% na África Subsaariana, sendo três vezes superior ao das economias avançadas. Com necessidades crescentes e menos opções, a política orçamental deve centrar-se em **formas de adaptação face a um envelope de financiamento mais restritivo** (figura 14).

Figura 13. Naira nigeriana face ao dólar dos Estados Unidos, 2020-2023

(índice, 29 de fevereiro de 2020 = 100;

linha tracejada = taxa paralela)

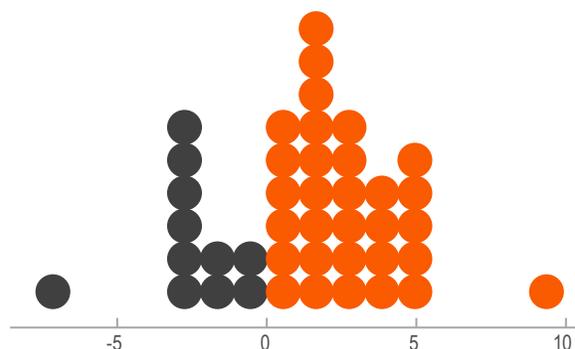


Fonte: Bloomberg Finance L.P.

Nota: dados finais em setembro de 2023.

Figura 14. África Subsaariana: ajustamento orçamental necessário para estabilizar a dívida abaixo de 70% do PIB, 2023

(em percentagem do PIB, número de países)



Fontes: autoridades nacionais; e cálculos do corpo técnico do FMI.
Nota: o limiar de 70% representa o terço superior de países. Para os países abaixo deste limiar, o ajustamento estabiliza a dívida no nível de final de 2022. Para os países acima deste limiar, o ajustamento situa a dívida em 70% acima do horizonte de previsão.

Mobilização de receitas. Num ambiente de custos elevados de financiamento externo, as autoridades terão, em última instância, de recorrer mais aos recursos internos. Neste contexto, a África Subsaariana apresenta alguns dos rácios receitas/PIB mais baixos do mundo. Embora as receitas medianas (excluindo donativos) tenham aumentado cerca de 1% do PIB entre 2019 e 2023, projeta-se que se mantenham estáveis no próximo ano em apenas 17,0% do PIB, significativamente abaixo dos 40% nos mercados avançados e 27% noutros mercados emergentes e economias em desenvolvimento. Tal sugere que serão necessários mais esforços para aumentar as receitas, nomeadamente **alargando a base tributária** através da redução das despesas fiscais (distorcivas) e de uma melhor conceção fiscal.³ A região baseou-se frequentemente em impostos sobre o valor acrescentado (IVA), mas com a transição da atividade para o setor formal é necessário considerar também fontes mais progressivas, como os impostos sobre o rendimento e prediais para além do IVA (Gaspar e Selassie, 2017). De um modo mais geral, um pré-requisito fundamental para a reforma da política fiscal é uma **administração tributária eficaz**, um domínio em que o maior recurso à digitalização promete melhorar significativamente a eficiência da arrecadação.

Gastar de forma inteligente. Com receitas limitadas e grandes necessidades de desenvolvimento, os países têm de tirar o máximo partido dos recursos de que dispõem. **Os projetos de investimento devem ser cuidadosamente selecionados** para assegurar um elevado retorno económico e social, ao mesmo tempo que a eficiência das despesas tem de ser melhorada. Em muitos países, **a eliminação progressiva dos subsídios aos combustíveis** e a garantia de que estes subsídios não regressarão serão uma parte essencial do esforço de controlo das despesas. Nos países onde a sustentabilidade requer um grande esforço de ajustamento será necessário fazer escolhas difíceis e poderá ser inevitável alguma racionalização da despesa. No entanto, **devem proteger as despesas que promovem o crescimento (como a educação, a saúde e as infraestruturas críticas), bem como a assistência social às pessoas vulneráveis** (ver Amaglobeli, 2022).

³ Em 2022, o rácio mediano receitas fiscais/PIB foi de 13%. Um rácio de 15% está normalmente associado a um crescimento e desenvolvimento acelerados (Gaspar *et al.*, 2016) e 27 países da África Subsaariana encontravam-se abaixo deste limiar em 2022.

Contrair empréstimos de forma prudente. A gestão eficaz da dívida pode ajudar a encontrar o equilíbrio entre o financiamento das necessidades do governo e a garantia de que a dívida permanece sustentável. Quando os países necessitam de contrair empréstimos, **devem recorrer, sempre que possível, a financiamento em condições concessionais** ou escolher credores oficiais com taxas de juro mais baixas. A prorrogação do **prazo de vencimento dos empréstimos** e a garantia de que os reembolsos não são realizados em conjunto podem ajudar a reduzir os riscos de refinanciamento, ao passo que o **reforço dos quadros de gestão da dívida** pode ser fundamental para alargar o leque de opções viáveis. Num contexto de financiamento difícil, por exemplo, os esforços de gestão da dívida têm de ser ágeis e proativos. Se os custos internacionais continuam a ser proibitivos para os países que procuram o refinanciamento de Eurobonds, um gabinete de gestão da dívida eficiente pode ajudar a assegurar canais de financiamento alternativos, por exemplo, através de empréstimos sindicados ou dos mercados de capitais nacionais (ver FMI 2021).

Credibilidade a médio prazo. A existência de um **quadro orçamental sólido a médio prazo** pode melhorar a confiança dos mutuantes e reduzir os prémios de risco. A maioria dos países da África Subariana dispõe de quadros de jure, mas a sua capacidade para orientar a política tem sido muitas vezes limitada, verificando-se frequentes incumprimentos das regras orçamentais. Há margem para melhorar consideravelmente a conceção e a eficácia destes quadros mediante vários esforços, incluindo: definir uma meta viável para a dívida de modo a ancorar a trajetória do défice; reforçar os principais processos orçamentais (incluindo o controlo das despesas e os instrumentos de gestão dos riscos orçamentais); e melhorar a comunicação com a população para facilitar a aceitação de reformas difíceis, destacando ao mesmo os benefícios dessas reformas a longo prazo e os custos (frequentemente crescentes) da inação (David *et al.* 2023).

Na maioria dos países da África Subariana, muitos destes esforços acima indicados já estão em curso e deverão ser suficientes para manter a sustentabilidade orçamental. No entanto, para alguns, a implementação plena das medidas pode ainda não ser suficiente. Estes casos são atípicos e são motivados por circunstâncias nacionais muito diferentes. No entanto, quando a dívida não é sustentável, **é do interesse de todos arranjar uma solução rápida**. A este respeito, algumas autoridades colaboraram com os credores para reestruturar a sua dívida através do **Quadro Comum do G20** para o Tratamento da Dívida (Chade, Etiópia, Gana e Zâmbia). Estes casos recentes proporcionarão uma experiência valiosa e um roteiro mais claro do que os credores e devedores podem esperar uns dos outros no que respeita à reestruturação da dívida (ver nota analítica sobre [“Dilemas da dívida na África Subariana: alguns princípios e concessões na reestruturação da dívida”](#)).

Como reduzir a divergência de rendimento *per capita* e melhorar os padrões de vida de forma mais equitativa?

Um baixo crescimento do rendimento *per capita*, em especial nos países ricos em recursos naturais, pode comprometer a recuperação da região a curto prazo e constitui um importante obstáculo a longo prazo para a prosperidade partilhada. As **reformas estruturais** podem ajudar a assegurar melhorias generalizadas e duradouras dos padrões de vida, a reduzir as divergências na África Subariana e a diminuir as desigualdades de um modo mais geral.

Investir na população e não apenas em recursos naturais. A África Subariana está significativamente atrasada relativamente a muitas outras regiões em termos de acumulação de capital humano. As taxas de inscrição nas escolas secundárias da região (54%) situam-se muito abaixo das taxas observadas nos mercados emergentes e economias em desenvolvimento e noutras regiões (89%). Uma maior ênfase na educação e na formação poderia ajudar a fomentar a produtividade dos milhões de trabalhadores que entram agora no mercado de trabalho, garantindo uma melhor capacidade de participação na economia mundial. O **investimento na educação das raparigas**, em particular, pode trazer diversos benefícios, tais como o aumento da produtividade e da poupança, melhores resultados de saúde, e as oportunidades e os benefícios que o crescimento económico proporciona às gerações futuras. Como prioridade, as autoridades devem, por conseguinte, **alargar o acesso e melhorar a qualidade da educação**. Por exemplo, a abolição das propinas escolares (que foi recentemente implementada

na Zâmbia) e a disponibilização de almoços na escola e de bolsas podem ajudar a atrair e a reter os estudantes, enquanto a contratação e a formação de novos professores são fundamentais para garantir que os padrões de qualidade não diminuem à medida que a população escolar cresce.

Melhorar a gestão dos recursos naturais. A África Subsariana dispõe de recursos naturais abundantes. Alguns, como o petróleo, podem tornar-se menos importantes com a transição mundial para energias mais limpas, ao passo que outros (por exemplo, o lítio) podem ganhar importância. Em ambos os casos, o principal desafio consiste em assegurar que a riqueza natural da região se traduza em melhores padrões de vida para todos. Tal exige não só uma boa governação e transparência, mas também uma gestão orçamental sólida. Como acima referido, a implementação de quadros orçamentais a médio prazo credíveis é essencial para a estabilidade macroeconómica. Mas isto é particularmente importante para muitos países ricos em recursos naturais, onde os quadros têm de ser resistentes à volatilidade dos preços das matérias-primas, **evitando ciclos de expansão e contração do investimento público** que podem comprometer o crescimento a longo prazo, e **assegurando também que os salários do setor público não ultrapassem largamente os salários do setor privado**, o que pode influenciar negativamente a competitividade.

Acelerar a diversificação e a participação do setor privado. A expansão para além do setor dos recursos naturais requer um ambiente em que as empresas e a inovação possam prosperar. Como primeiro passo, a **manutenção da estabilidade macroeconómica** e a implementação de políticas credíveis podem apoiar a confiança dos investidores. Além disso, **a eliminação da burocracia, a redução das barreiras regulamentares e a garantia de um acesso adequado a serviços públicos essenciais** (transportes, eletricidade, água e saneamento) são fundamentais para garantir que os projetos de investimento em novos setores permaneçam viáveis. **A digitalização e o alargamento do acesso à Internet** podem também criar novos mercados de maiores dimensões e promover o dinamismo e a criatividade subjacentes da região. Os dados disponíveis sugerem que muitos projetos de desenvolvimento podem simplesmente não ser realizados sem a existência de incentivos públicos (Eyraud, Pattillo e Selassie, 2021), em especial nos países ricos em recursos naturais que procuram expandir a atividade a montante da cadeia de valor. No entanto, os riscos orçamentais associados têm de ser geridos com prudência e as políticas devem visar a resolução de deficiências específicas do mercado, pelo que o investimento empresarial deve ser autossustentável, em vez de depender da continuação do apoio público (Cherif *et al.*, 2022).

Promover a integração do comércio. O crescimento e a diversificação exigem o acesso a novas oportunidades e mercados. A **Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA)** é a maior zona de comércio livre do mundo, abrangendo 1,3 mil milhões de pessoas, com um PIB combinado de 3 biliões de dólares dos Estados Unidos. A ZCLCA visa reduzir as tarifas e as medidas não tarifárias e, se forem implementadas com reformas adicionais (como a melhoria dos transportes, do processamento aduaneiro e fronteiriço, e o acesso ao financiamento do comércio), tem o potencial para fomentar os níveis de rendimento e apoiar a expansão das cadeias de valor transfronteiriças. A mediana do comércio de mercadorias entre os países africanos, e entre África e o resto do mundo, poderá aumentar até 53% e 15%, respetivamente. Tal poderá, por sua vez, **aumentar o rendimento per capita real do país africano mediano em mais de 10%** (ElGanainy *et al.* 2023). Os signatários acordaram em eliminar as tarifas sobre 90% dos produtos não sensíveis até ao final de 2025 e 7% das linhas tarifárias sobre produtos sensíveis até 2030. O desafio é agora a implementação, devendo ser dada prioridade ao cumprimento destes prazos.

É necessária a ajuda da comunidade internacional

Tendo em conta as grandes necessidades de desenvolvimento e o espaço orçamental limitado, **a maioria dos países necessita de um maior apoio dos doadores**. A crise de quatro anos e a atual contração do financiamento sublinharam a necessidade de uma ajuda oficial ao desenvolvimento (AOD) em condições concessionais e de um aumento dos fluxos contracíclicos para compensar o caráter pró-cíclico dos fluxos de capitais privados (ver nota analítica "[A grande contração: financiamento do desenvolvimento numa era de austeridade](#)").

Contudo, **a AOD destinada aos países da África Subsariana tem vindo a diminuir**. Se o aumento da ajuda à região não for viável a curto prazo para os doadores oficiais, existe a opção de assegurar uma maior progressividade dos fluxos remanescentes, **garantindo que os escassos recursos são canalizados para os países mais pobres e frágeis da África Subsariana**.

No que respeita aos fluxos contracíclicos, o FMI é uma componente essencial da rede de segurança global da região, em particular para os países com reservas limitadas. A procura de **assistência aumentou drasticamente desde o início da pandemia**, tendo o FMI fornecido orientações de política e um financiamento de 55 mil milhões de dólares dos Estados Unidos, **a maioria em condições altamente concessionais**. Vinte e seis países têm acordos de financiamento com o FMI, com cerca de 4 mil milhões de dólares dos Estados Unidos desembolsados até à data em 2023. Desde dezembro de 2022, cinco países (Níger, Quênia, Ruanda, Senegal e Seicheles) alcançaram acordos ao abrigo da nova **Facilidade de Resiliência e Sustentabilidade** com o objetivo de se prepararem melhor para os choques relacionados com o clima. O Burkina Faso, a Guiné, o Maláui e o Sudão do Sul receberam 358 milhões de dólares do novo **instrumento de resposta a choques alimentares**, para ajudá-los a ultrapassar a crise alimentar mundial. Mas a capacidade do FMI para continuar a conceder níveis elevados de empréstimos dependerá da disponibilidade de recursos de caráter concessional. O FMI está a trabalhar para superar este desafio, nomeadamente através da obtenção de compromissos de contribuição dos países membros sob a forma de empréstimos e subsídios destinados ao Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento.

Num ambiente de financiamento difícil e mais oneroso, os países da África Subsariana poderão ter de se apoiar mais nos seus próprios recursos. Mas o **financiamento e as reformas têm de andar a par**. Sem reformas, o financiamento externo do desenvolvimento é menos eficaz. No entanto, sem financiamento, as reformas são mais difíceis. Depois de uma longa crise, e com alguns raios de luz visíveis no horizonte, **chegou o momento de a região e a comunidade internacional se unirem**. Quanto mais apoio prestarmos à região hoje, mais resiliente será a economia mundial de amanhã.

Referências

- Amaglobeli, David, Emine Hanedar, Gee Hee Hong, and Céline Thévenot. 2022. "[Fiscal Policy for Mitigating the Social Impact of High Energy and Food Prices](#)." IMF Note 2022/001, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Barhoumi, Karim, Seung Mo Choi, Tara Iyer, Jiakun Li, Franck Ouattara, Andrew J Tiffin e Jiaxiong Yao. 2022. "Overcoming Data Sparsity: A Machine Learning Approach to Track the Real-Time Impact of COVID-19 in Sub-Saharan Africa." [IMF Working Paper 2022/88](#), Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- David, Antonio, Luc Eyraud, Fabio Comelli, Peter Kovacs, Jimena Montoya, and Arthur Sode. 2023. "[Navigating Fiscal Challenges in Sub-Saharan Africa](#)." IMF Departmental Paper, Fundo Monetário Internacional, Volume 2023, Edição 6. Washington, DC.
- ElGanainy, Asmaa, Shushanik Hakobyan, Fei Liu, and Hans Weisfeld. 2023. "[Trade Integration in Africa Unleashing the Continent's Potential in a Changing World](#)." IMF Departmental Paper 2023/003, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Gaspar, Vitor, Laura Jamarillo, and Philippe Wingender. 2016. "[Tax Capacity and Growth: Is there a Tipping Point?](#)" Documento de trabalho do FMI 16/234, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Gaspar, Vitor, and Abebe Aemro Selassie. 2017. "Taxes, Debt and Development: A One-Percent Rule to Raise Revenues in Africa." Blog do FMI (blog), December 5, 2017 <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2017/12/05/taxes-debt-and-development-a-one-percent-rule-to-raise-revenues-in-africa>.
- Eyraud, Luc, Catherine Pattillo and Abebe Selassie. 2021. "How to Attract Private Finance to Africa's Development." IMFBlog (artigo), 14 de junho de 2021. <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2021/06/14/blog-how-to-attract-private-finance-to-africa-s-development>.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2019. "Recuperação dupla num contexto de elevada incerteza." Capítulo 1 em *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana*, Washington, DC, abril.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2021. "[Guidance Note for Developing Government Local Currency Bonds Market](#)." Washington, DC.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2022. "[Industrial Policy for Growth and Diversification: A Conceptual Framework](#)." IMF Departmental Paper 2022/017, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2023. "[A grande contração do financiamento](#)" em *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana*, Washington, DC, abril.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2023. "[Fragmentação geoeconómica: África Subsariana presa entre fragilidades](#)." Nota analítica, *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana*, Washington, DC, abril.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2023. "[Gerir as pressões cambiais na África Subsariana: adaptar-se às novas realidades](#)." Nota analítica, *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana*, Washington, DC, abril.

- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2023. "[A grande contração: financiamento do desenvolvimento numa era de austeridade.](#)" Nota analítica, *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana*, Washington, DC, outubro.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2023. "[Relações económicas da África Subsariana com a China numa encruzilhada.](#)" Nota analítica, *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana*, Washington, DC, outubro.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2023. "[Dilemas da dívida na África Subsariana: alguns princípios e concessões na reestruturação da dívida.](#)" Nota analítica, *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana*, Washington, DC, outubro.
- Jaramillo, Laura, Aliona Cebotari, Yoro Diallo, Rhea Gupta, Yugo Koshima, Chandana Kularatne, Daniel Jeong Dae Lee, Sidra Rehman, Kalin Tintchev e Fang Yang. 2023. "[Climate Challenges in Fragile and Conflict-Affected States.](#)" Nota sobre o clima do corpo técnico do FMI 2023/001, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.

Apêndice estatístico

Salvo indicação em contrário, os dados e as projeções utilizados neste relatório sobre as *Perspetivas Económicas Regionais* têm como base as estimativas do corpo técnico do FMI até 30 de setembro de 2023 e correspondem às projeções subjacentes à edição de outubro de 2023 do *World Economic Outlook* (WEO).

Os dados e as projeções abrangem 45 países da África Subsariana servidos pelo Departamento de África do FMI. As definições dos dados seguem, na medida do possível, as metodologias estatísticas internacionalmente reconhecidas. Nalguns casos, porém, a ausência de dados limita as comparações internacionais.

Grupos de países

- Os países são agregados em três grupos (sem sobreposição): países exportadores de petróleo, outros países ricos em recursos naturais e países pobres em recursos naturais (ver na página vi o quadro com os grupos de países).
- Os países exportadores de petróleo são os países cujas exportações líquidas de petróleo representam no mínimo 30% das exportações totais.
- Os outros países ricos em recursos naturais são aqueles em que os recursos naturais não renováveis representam no mínimo 25% das exportações totais.
- Os países pobres em recursos naturais são aqueles que não pertencem nem ao grupo dos países exportadores de petróleo nem ao grupo de outros países ricos em recursos naturais.
- Os países são também agregados em quatro grupos (com alguma sobreposição): países exportadores de petróleo, países de rendimento médio, países de baixo rendimento e países frágeis e afetados por conflitos (ver na página vi o quadro com os grupos de países).
- A composição desses grupos reflete os dados mais recentes sobre o rendimento nacional bruto *per capita* (média sobre três anos) e a classificação dos países frágeis e afetados por conflitos publicada pelo Banco Mundial.
- Os países de rendimento médio são aqueles com rendimento nacional bruto *per capita* superior a 1135 dólares no período 2020-2022 (Banco Mundial, utilizando o método Atlas).
- Os países de baixo rendimento são aqueles com rendimento nacional bruto *per capita* igual ou inferior a 1135 dólares no período 2020-2022 (Banco Mundial, método Atlas).
- Os países frágeis e afetados por conflitos são classificados com base na lista publicada pelo Banco Mundial para o exercício de 2024.
- O quadro na página vi mostra os países da África Subsariana que participam nos grandes órgãos de cooperação regionais, designadamente: a zona do franco CFA, que compreende a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC); o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA); a Comunidade da África Oriental (CAO-5); a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); e a União Aduaneira da África Austral (SACU). Os dados agregados da CAO-5 incluem o Ruanda e o Burundi, que passaram a integrar o grupo em 2007.

Métodos de agregação

Nos quadros AS1 e AS3, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente ao crescimento do PIB real e à moeda em sentido lato são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela paridade do poder de compra (PPC) e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados do *World Economic Outlook* (WEO).

No quadro AS1, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente aos preços no consumidor são calculadas como a média geométrica dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela PPC e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados do WEO.

Nos quadros AS2-AS4, as cifras compósitas dos grupos de países, à exceção da moeda em sentido lato, são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB em dólares dos Estados Unidos às taxas de câmbio de mercado, e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países.

Lista de fontes e notas de rodapé dos quadros AS1-AS4 do apêndice estatístico

Quadros AS1-AS3

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, outubro de 2023.

¹ Os dados e as projeções para 2020-2028 foram excluídos da base de dados devido a restrições na comunicação de dados.

² Em 2019, as autoridades do Zimbabué introduziram o dólar RTGS (sistema de liquidação por bruto em tempo real), posteriormente rebatizado de dólar do Zimbabué, e estão em vias de redenominar as estatísticas das suas contas nacionais. Os dados atuais estão sujeitos a revisão. O dólar do Zimbabué havia deixado de circular em 2009 e, entre 2009 e 2019, o país operava no âmbito de um regime de moedas múltiplas, tendo como unidade de conta o dólar dos Estados Unidos.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AS2

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, outubro de 2023.

¹ Os dados e as projeções para 2020-2028 foram excluídos da base de dados devido a restrições na comunicação de dados.

² Para a Zâmbia, as projeções da dívida pública para 2022-2024 são omitidas devido à reestruturação em curso da dívida.

³ Em 2019, as autoridades do Zimbabué introduziram o dólar RTGS (sistema de liquidação por bruto em tempo real), posteriormente rebatizado de dólar do Zimbabué, e estão em vias de redenominar as estatísticas das suas contas nacionais. Os dados atuais estão sujeitos a revisão. O dólar do Zimbabué havia deixado de circular em 2009 e, entre 2009 e 2019, o país operava no âmbito de um regime de moedas múltiplas, tendo como unidade de conta o dólar dos Estados Unidos.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AS4

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, outubro de 2023.

¹ Enquanto membro da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da UEMOA.

² Enquanto membro da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da CEMAC.

³ Os dados e as projeções para 2020–2028 foram excluídos da base de dados devido a restrições na comunicação de dados.

⁴ As reservas oficiais incluem ativos externos detidos pelo Fundo Petrolífero e de Estabilização do Gana e excluem ativos onerados.

⁵ Para a Zâmbia, as projeções da dívida pública para 2022–2024 são omitidas devido à reestruturação em curso da dívida.

⁶ Em 2019, as autoridades do Zimbabué introduziram o dólar RTGS (sistema de liquidação por bruto em tempo real), posteriormente rebatizado de dólar do Zimbabué, e estão em vias de redenominar as estatísticas das suas contas nacionais. Os dados atuais estão sujeitos a revisão. O dólar do Zimbabué havia deixado de circular em 2009 e, entre 2009 e 2019, o país operava no âmbito de um regime de moedas múltiplas, tendo como unidade de conta o dólar dos Estados Unidos.

Quadro AS1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor

	PIB Real						Preços no consumidor, média anual					
	(variação percentual anual)						(variação percentual anual)					
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024
África do Sul	1,6	-6,0	4,7	1,9	0,9	1,8	5,3	3,3	4,6	6,9	5,8	4,8
Angola	2,0	-5,6	1,2	3,0	1,3	3,3	16,3	22,3	25,8	21,4	13,1	22,3
Benim	5,1	3,8	7,2	6,3	5,5	6,3	1,2	3,0	1,7	1,4	5,0	2,5
Botsuana	4,1	-8,7	11,9	5,8	3,8	4,1	4,6	1,9	6,7	12,2	5,9	4,7
Burkina Faso	5,7	1,9	6,9	1,5	4,4	6,4	1,0	1,9	3,9	14,1	1,4	3,0
Burundi	1,9	0,3	3,1	1,8	3,3	6,0	7,1	7,3	8,3	18,9	20,1	16,1
Cabo Verde	3,0	-19,6	6,4	17,0	4,4	4,5	1,1	0,6	1,9	7,9	5,2	2,0
Camarões	4,4	0,5	3,6	3,8	4,0	4,2	1,9	2,5	2,3	6,3	7,2	4,8
Chade	2,4	-2,1	-1,2	3,4	4,0	3,7	1,9	4,5	-0,8	5,8	7,0	3,5
Comores	3,1	-0,2	2,1	2,6	3,0	3,5	1,8	0,8	-0,0	12,4	11,1	1,2
Côte d'Ivoire	6,5	1,7	7,0	6,7	6,2	6,6	1,5	2,4	4,2	5,2	4,3	2,3
Eritreia ¹	4,6	2,6
Essuatíni	2,5	-1,6	7,9	3,6	3,1	3,3	5,9	3,9	3,7	4,8	5,5	5,0
Etiópia	9,5	6,1	6,3	6,4	6,1	6,2	14,4	20,4	26,8	33,9	29,1	20,7
Gabão	3,7	-1,8	1,5	3,0	2,8	2,6	2,3	1,7	1,1	4,3	3,8	2,5
Gâmbia	2,5	0,6	5,3	4,9	5,6	6,2	6,3	5,9	7,4	11,5	17,0	12,3
Gana	6,5	0,5	5,1	3,1	1,2	2,7	11,8	9,9	10,0	31,9	42,2	23,2
Guiné	6,2	4,7	5,0	4,3	5,9	5,6	11,4	10,6	12,6	10,5	8,3	7,9
Guiné-Bissau	3,9	1,5	6,4	4,2	4,5	5,0	1,3	1,5	3,3	7,9	7,0	3,0
Guiné Equatorial	-2,7	-4,8	-0,4	3,2	-6,2	-5,5	2,5	4,8	-0,1	4,9	2,4	4,0
Lesoto	1,5	-3,9	1,8	2,1	2,1	2,3	5,1	5,0	6,0	8,2	6,9	5,6
Libéria	2,8	-3,0	5,0	4,8	4,6	5,3	12,5	17,0	7,8	7,6	10,6	8,0
Madagáscar	3,2	-7,1	5,7	4,0	4,0	4,8	7,0	4,2	5,8	8,2	10,5	8,8
Maláui	4,1	0,9	4,6	0,8	1,7	3,3	17,2	8,6	9,3	20,8	27,7	19,8
Mali	4,3	-1,2	3,1	3,7	4,5	4,8	1,1	0,5	3,8	9,7	5,0	2,8
Maurícias	3,7	-14,6	3,4	8,7	5,1	3,8	3,0	2,5	4,0	10,8	7,8	6,5
Moçambique	5,5	-1,2	2,4	4,2	7,0	5,0	7,0	3,1	5,7	9,8	7,4	6,5
Namíbia	2,8	-8,1	3,5	4,6	2,8	2,7	5,2	2,2	3,6	6,1	6,0	4,9
Níger	5,9	3,5	1,4	11,9	4,1	11,1	0,7	2,9	3,8	4,2	4,6	6,6
Nigéria	3,0	-1,8	3,6	3,3	2,9	3,1	11,6	13,2	17,0	18,8	25,1	23,0
Quênia	4,7	-0,3	7,6	4,8	5,0	5,3	7,4	5,3	6,1	7,6	7,7	6,6
República Centro-Africana	-0,7	1,0	1,0	0,5	1,0	2,5	4,9	0,9	4,3	5,8	6,5	3,2
República Democrática do Congo	5,9	1,7	6,2	8,9	6,7	4,7	10,2	11,4	9,0	9,3	19,1	10,6
República do Congo	0,3	-6,3	1,1	1,7	4,0	4,4	2,3	1,4	2,0	3,0	3,5	3,2
Ruanda	7,1	-3,4	10,9	8,2	6,2	7,0	3,9	7,7	0,8	13,9	14,5	6,0
São Tomé e Príncipe	3,6	2,6	1,9	0,1	0,5	2,4	8,1	9,8	8,1	18,0	20,8	11,9
Seicheles	6,8	-8,5	2,5	8,9	4,2	3,9	3,0	1,2	9,8	2,6	-0,8	2,0
Senegal	5,0	1,3	6,5	4,0	4,1	8,8	1,0	2,5	2,2	9,7	6,1	3,3
Serra Leoa	5,0	-2,0	4,1	4,0	2,7	4,7	10,0	13,4	11,9	27,2	42,9	29,8
Sudão do Sul	-5,3	-6,5	5,3	0,5	3,5	4,2	98,6	24,0	30,2	-3,2	16,3	13,6
Tanzânia	6,7	4,8	4,9	4,7	5,2	6,1	7,3	3,3	3,7	4,4	4,0	4,0
Togo	5,4	2,0	6,0	5,8	5,4	5,3	1,4	1,8	4,5	7,6	5,0	2,8
Uganda	5,3	-1,2	5,7	6,4	4,6	5,7	6,8	2,8	2,2	7,2	5,8	4,7
Zâmbia	4,3	-2,8	4,6	4,7	3,6	4,3	9,0	15,7	22,0	11,0	10,6	9,6
Zimbabué ²	4,6	-7,8	8,4	6,2	4,1	3,6	30,2	557,2	98,5	193,4	314,5	222,4
África Subsariana	3,8	-1,6	4,7	4,0	3,3	4,0	8,3	10,1	11,0	14,5	15,8	13,1
Mediana	4,3	-1,2	4,8	4,1	4,1	4,5	4,5	3,6	4,6	8,2	7,1	5,3
Excl. a África do Sul e a Nigéria	5,0	-0,0	5,2	5,0	4,3	5,0	8,0	11,1	10,7	15,2	15,1	11,8
Países exportadores de petróleo	2,7	-2,3	3,1	3,2	2,6	3,1	11,2	13,0	15,9	17,1	20,5	20,0
Excl. a Nigéria	2,1	-3,6	1,6	3,2	2,0	3,1	10,2	12,3	13,2	12,8	9,4	12,7
Países importadores de petróleo	4,4	-1,2	5,6	4,4	3,7	4,5	6,7	8,6	8,5	13,1	13,3	9,7
Excl. a África do Sul	5,8	0,8	6,0	5,4	4,8	5,4	7,5	10,9	10,2	15,7	16,3	11,6
Países de rendimento médio	3,1	-2,8	4,5	3,4	2,6	3,3	8,2	8,5	10,5	13,1	14,6	12,8
Excl. a África do Sul e a Nigéria	4,2	-1,7	5,1	4,4	3,4	4,4	7,4	7,9	9,1	12,5	11,9	9,8
Países de baixo rendimento	6,0	1,9	5,4	5,6	5,3	5,7	8,8	14,8	12,5	18,2	18,8	13,9
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil e afetados por conflito	5,6	1,0	5,6	5,0	4,8	5,7	7,8	4,9	4,8	8,3	8,7	6,7
Países frágeis e afetados por conflitos	4,1	-0,2	4,2	4,3	3,9	4,1	10,3	15,6	16,4	20,3	24,2	20,2
Zona do franco CFA	4,4	0,6	4,6	4,8	4,3	5,7	1,6	2,4	2,8	6,5	4,9	3,3
UEMAC	2,5	-1,5	1,9	3,3	2,7	2,9	2,2	2,7	1,5	5,4	5,7	4,0
UEMOA	5,7	1,7	6,0	5,6	5,2	7,0	1,2	2,2	3,5	7,0	4,5	3,0
COMESA (membros da ASS)	5,9	0,5	6,4	5,9	5,2	5,3	9,4	17,1	14,6	19,5	20,8	15,4
CAO-5	5,5	0,9	6,6	5,2	5,0	5,7	7,1	4,4	4,4	7,1	6,8	5,6
CEDEAO	4,0	-0,6	4,4	3,9	3,3	4,1	9,3	10,2	12,7	17,0	20,9	17,2
SACU	1,7	-6,1	5,0	2,2	1,2	2,0	5,2	3,2	4,6	7,1	5,9	4,8
SADC	2,8	-4,2	4,6	3,4	2,5	3,2	7,7	10,7	9,6	11,6	11,5	10,5

Ver fontes na página 22.

Quadro AS2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública

	Saldo orçamental global, incl. donativos						Dívida pública					
	(em % do PIB)						(em % do PIB)					
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024
África do Sul	-4,0	-9,6	-5,5	-4,7	-6,4	-6,5	44,9	68,9	68,8	71,1	73,7	75,8
Angola	-0,5	-1,9	3,8	0,7	-1,9	1,0	59,8	138,9	86,8	66,7	84,9	77,1
Benim	-2,4	-4,7	-5,7	-5,6	-4,3	-3,7	30,1	46,1	50,3	54,2	53,0	52,4
Botsuana	-0,9	-10,9	-2,4	0,0	-1,9	-1,1	17,6	18,7	18,7	18,0	18,7	18,1
Burkina Faso	-3,3	-5,1	-7,4	-10,7	-6,6	-5,6	31,0	43,3	55,4	58,3	61,2	61,2
Burundi	-5,1	-6,3	-5,2	-12,1	-5,0	-2,8	45,1	66,0	66,6	68,4	72,7	65,8
Cabo Verde	-5,0	-9,1	-7,5	-4,1	-4,5	-3,2	102,1	144,6	147,6	127,3	113,1	109,7
Camarões	-3,5	-3,2	-3,0	-1,1	-0,8	-0,6	27,6	44,9	46,8	45,5	41,9	39,6
Chade	-0,9	1,6	-2,0	5,1	8,3	0,8	40,8	55,9	57,4	48,8	43,2	38,7
Comores	0,5	-0,5	-2,8	-3,9	-4,9	-4,5	18,0	24,0	25,5	27,9	33,3	36,9
Côte d'Ivoire	-2,4	-5,4	-4,9	-6,8	-5,2	-4,1	32,4	46,3	50,9	56,8	56,8	57,0
Eritreia ¹	-2,3	235,6
Essuatíni	-4,5	-4,5	-4,5	-4,5	-0,3	-2,3	22,5	41,2	40,8	42,0	42,4	41,9
Etiópia	-2,3	-2,8	-2,8	-4,2	-2,7	-2,0	49,5	53,9	53,8	46,4	37,9	31,2
Gabão	0,5	-2,2	-1,9	1,9	-0,4	-1,1	44,5	78,3	65,8	57,7	64,9	64,5
Gâmbia	-4,3	-2,2	-4,6	-4,8	-2,7	-2,5	70,2	85,9	83,1	82,8	72,3	65,5
Gana	-6,6	-17,4	-12,0	-11,2	-4,6	-4,1	49,6	72,3	79,2	92,4	84,9	81,5
Guiné	0,6	-3,1	-1,8	-0,7	-2,3	-2,4	40,2	47,8	41,5	33,1	31,6	31,5
Guiné-Bissau	-2,9	-9,6	-5,9	-5,9	-3,5	-3,2	55,0	77,7	78,8	80,3	73,9	71,4
Guiné Equatorial	-5,0	-1,8	2,6	13,6	3,8	0,4	25,2	49,4	42,1	34,6	38,3	33,7
Lesoto	-3,1	-0,0	-5,1	-7,7	1,0	-0,4	43,5	53,6	55,7	59,9	61,3	60,4
Libéria	-3,9	-4,0	-2,5	-5,3	-2,8	-3,3	28,7	58,7	53,3	53,9	52,3	52,7
Madagáscar	-2,1	-3,9	-2,6	-6,4	-3,9	-3,4	38,1	52,2	52,0	55,1	54,0	53,5
Maláui	-3,8	-8,2	-8,6	-9,3	-6,8	-8,0	35,5	54,8	61,5	75,2	78,6	77,4
Mali	-2,7	-5,4	-4,8	-4,8	-4,8	-4,4	31,5	46,9	50,4	51,7	51,8	52,6
Maurícias	-3,3	-10,4	-4,0	-3,2	-5,0	-5,7	62,2	94,6	88,4	83,1	79,7	78,9
Moçambique	-4,2	-5,4	-3,6	-5,0	-2,8	-2,2	78,9	120,0	104,9	95,5	89,7	92,4
Namíbia	-6,1	-8,1	-8,7	-6,5	-4,2	-4,0	38,2	64,3	70,4	69,8	67,6	66,8
Níger	-3,7	-4,8	-5,9	-6,8	-4,9	-4,1	27,8	45,0	51,3	50,3	48,7	46,3
Nigéria	-3,1	-5,6	-6,0	-5,6	-5,4	-4,5	21,9	34,5	36,5	39,6	38,8	41,3
Quênia	-6,2	-8,1	-7,2	-5,8	-4,7	-4,1	46,7	68,0	68,2	68,4	70,2	68,3
República Centro-Africana	-1,3	-3,4	-6,0	-5,3	-3,5	-2,8	47,4	43,4	47,6	51,8	50,1	49,6
República Democrática do Congo	-0,1	-3,3	-2,0	-0,8	-2,0	-2,0	18,0	16,5	15,9	14,5	13,3	11,1
República do Congo	-2,1	-1,1	1,6	8,9	4,1	5,0	59,7	102,5	97,8	92,5	97,8	91,0
Ruanda	-2,6	-9,5	-7,0	-5,8	-5,0	-7,3	33,0	65,6	66,7	61,1	63,3	72,1
São Tomé e Príncipe	-5,2	2,9	-1,5	-2,2	0,2	0,1	94,6	86,7	76,7	77,7	58,5	54,4
Seicheles	1,5	-14,9	-5,4	-1,2	-1,1	-1,3	65,0	77,6	70,7	61,5	60,8	59,0
Senegal	-3,9	-6,4	-6,3	-6,6	-5,0	-3,9	47,2	69,2	73,3	76,6	81,0	72,1
Serra Leoa	-5,1	-5,8	-7,3	-10,6	-5,4	-2,9	51,5	76,3	79,3	95,8	88,9	82,6
Sudão do Sul	-5,7	-5,6	-9,4	5,1	8,4	4,3	53,0	49,9	52,5	37,8	60,4	50,9
Tanzânia	-2,7	-2,5	-3,4	-3,7	-3,3	-2,6	36,3	39,8	42,1	42,3	42,6	41,8
Togo	-3,8	-7,0	-4,7	-8,3	-6,6	-4,7	48,3	61,8	64,6	66,3	67,2	67,6
Uganda	-3,0	-7,5	-7,5	-5,8	-4,2	-2,7	27,8	46,4	50,6	48,4	48,3	47,7
Zâmbia ²	-6,3	-13,8	-8,1	-7,7	-6,0	-4,6	50,9	140,2	110,8	98,5
Zimbabué ³	-3,4	0,8	-2,2	-2,0	-4,1	-3,2	51,7	84,4	59,8	98,4	95,4	56,9
África Subsariana	-3,3	-6,5	-5,0	-4,4	-4,2	-3,7	37,7	57,1	56,6	57,1	57,7	55,8
Mediana	-3,1	-5,2	-4,9	-4,9	-4,0	-3,0	41,3	57,3	58,6	59,1	60,8	57,0
Excl. a África do Sul e a Nigéria	-3,1	-5,8	-4,4	-3,9	-3,2	-2,6	42,7	63,4	60,3	59,4	58,8	54,0
Países exportadores de petróleo	-2,6	-4,7	-4,1	-3,1	-3,5	-2,7	30,3	48,8	46,2	46,3	48,9	48,6
Excl. a Nigéria	-1,7	-2,1	0,5	2,0	0,1	0,8	48,6	89,5	69,4	59,8	68,1	62,2
Países importadores de petróleo	-3,8	-7,5	-5,5	-5,2	-4,6	-4,1	42,8	61,5	61,8	63,0	61,5	58,8
Excl. a África do Sul	-3,6	-6,5	-5,5	-5,4	-3,9	-3,3	41,4	58,2	58,3	59,3	56,8	52,4
Países de rendimento médio	-3,5	-7,4	-5,4	-4,6	-4,7	-4,2	37,2	59,0	58,6	59,5	62,0	61,9
Excl. a África do Sul e a Nigéria	-3,4	-7,6	-4,8	-3,8	-3,3	-2,5	45,0	74,1	68,4	67,3	69,7	66,0
Países de baixo rendimento	-2,6	-3,8	-3,9	-4,0	-3,1	-2,7	39,7	51,6	50,9	50,4	47,6	42,8
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil e afetados por conflito	-2,7	-4,9	-4,9	-5,0	-3,9	-3,3	35,5	48,2	50,1	49,6	49,3	48,7
Países frágeis e afetados por conflitos	-2,8	-4,5	-4,7	-4,3	-3,7	-3,1	29,0	42,9	43,6	45,0	43,5	41,3
Zona do franco CFA	-2,7	-4,3	-4,1	-3,2	-2,9	-2,7	35,2	53,7	56,3	57,1	57,8	55,8
UEMAC	-2,5	-2,0	-1,5	3,1	1,4	0,3	36,6	59,6	57,5	53,5	53,5	50,5
UEMOA	-3,0	-5,5	-5,5	-6,9	-5,2	-4,3	34,7	50,4	55,6	59,3	60,1	58,6
COMESA (membros da ASS)	-3,5	-5,6	-4,8	-4,6	-3,6	-3,1	42,4	60,8	57,9	57,5	54,2	47,6
CAO-5	-4,3	-6,4	-6,1	-5,3	-4,2	-3,5	39,1	55,6	57,2	56,4	56,9	55,9
CEDEAO	-3,3	-6,7	-6,5	-6,3	-5,1	-4,3	27,7	43,2	46,8	49,9	50,4	51,0
SACU	-4,0	-9,5	-5,5	-4,6	-6,0	-6,1	43,5	66,3	66,4	68,3	70,4	72,2
SADC	-3,2	-7,1	-4,0	-3,5	-4,6	-4,2	45,1	70,3	64,1	64,2	66,7	64,4

Ver fontes na página 22.

Quadro AS3. Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos

	Moeda em sentido lato						Conta corrente externa, incl. donativos					
	(em % do PIB)						(em % do PIB)					
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024
África do Sul	66,4	74,0	70,1	71,1	71,5	72,3	-3,5	1,9	3,7	-0,5	-2,5	-2,8
Angola	34,6	38,4	24,4	20,0	20,0	19,6	3,0	1,5	11,2	9,6	3,1	3,7
Benim	28,1	30,5	32,7	33,4	33,4	33,4	-4,9	-1,7	-4,2	-5,6	-6,0	-5,7
Botsuana	44,7	52,5	45,4	41,9	42,9	42,7	2,0	-10,3	-1,3	3,0	0,8	1,5
Burkina Faso	32,3	43,6	49,0	46,0	47,9	48,4	-5,1	4,1	0,4	-6,2	-5,1	-5,2
Burundi	27,0	46,3	50,6	56,0	54,7	53,6	-14,1	-10,3	-12,4	-15,6	-18,7	-20,7
Cabo Verde	85,5	114,3	110,7	93,3	92,8	92,2	-6,3	-15,0	-11,8	-3,6	-5,8	-5,0
Camarões	21,7	26,6	29,1	29,6	30,1	30,3	-3,3	-3,7	-4,0	-1,8	-2,6	-2,4
Chade	14,6	20,8	23,3	25,5	23,9	27,0	-7,6	-7,4	-3,4	6,2	0,2	-3,3
Comores	25,1	31,2	36,7	36,7	37,8	38,7	-3,1	-1,9	-0,5	-2,4	-5,6	-5,8
Côte d'Ivoire	10,9	13,5	15,2	14,5	13,3	13,1	-0,3	-3,1	-4,0	-6,5	-4,7	-3,8
Eritreia ¹	207,6	14,9
Essuatíni	26,8	32,3	30,3	30,3	30,4	30,4	6,0	7,1	2,7	-0,7	6,3	3,2
Etiópia	29,2	30,8	31,1	27,9	25,3	22,6	-7,1	-4,6	-3,2	-4,3	-2,4	-2,0
Gabão	23,7	27,9	23,1	22,8	26,5	27,6	2,4	-6,9	-4,5	1,6	-0,8	-2,1
Gâmbia	38,6	56,0	59,2	54,6	52,0	50,6	-7,6	-3,0	-0,1	-5,9	-5,0	-5,2
Gana	24,1	30,8	29,4	29,5	27,8	26,9	-5,6	-2,5	-2,7	-2,1	-2,5	-2,8
Guiné	24,2	27,8	26,2	28,1	28,4	29,0	-16,3	-16,2	-2,1	-8,2	-8,9	-8,8
Guiné-Bissau	38,5	45,6	50,6	46,6	44,6	44,0	-2,4	-2,6	-0,8	-9,6	-7,1	-4,5
Guiné Equatorial	13,2	17,5	14,7	16,4	19,9	24,8	-8,4	-0,8	5,4	9,6	-2,6	-3,0
Lesoto	34,2	40,3	37,3	40,3	38,4	37,4	-6,1	-1,0	-4,4	-7,9	-3,1	-4,7
Libéria	20,2	25,5	24,6	25,0	25,0	25,2	-20,1	-16,4	-17,9	-19,6	-22,9	-23,1
Madagáscar	23,4	28,7	28,6	29,2	30,9	31,7	-2,7	-5,4	-4,9	-5,4	-3,9	-4,8
Maláui	17,2	17,5	20,1	23,6	23,6	23,6	-10,2	-13,8	-13,3	-3,4	-5,9	-8,5
Mali	27,1	36,1	39,1	40,2	40,2	40,2	-5,2	-2,2	-7,5	-6,9	-6,5	-5,7
Maurícias	104,3	156,8	160,1	141,5	129,6	131,3	-5,8	-8,8	-13,0	-11,5	-6,2	-4,1
Moçambique	33,5	43,3	42,8	40,9	37,5	36,3	-31,3	-27,6	-22,4	-32,9	-16,0	-39,3
Namíbia	58,3	71,5	70,6	63,0	63,3	63,7	-8,1	2,6	-9,9	-12,7	-7,1	-6,4
Niger	17,5	19,2	20,1	19,4	19,4	19,4	-12,6	-13,2	-14,1	-15,6	-12,5	-3,9
Nigéria	24,3	25,2	25,2	25,8	27,0	28,3	1,2	-3,7	-0,7	0,2	0,7	0,6
Quênia	36,8	37,2	35,2	33,9	32,6	31,9	-6,9	-4,7	-5,2	-5,1	-4,9	-4,9
República Centro-Africana	24,0	30,3	33,3	31,9	30,6	29,7	-7,1	-8,2	-11,1	-12,7	-8,8	-7,8
República Democrática do Congo	11,5	20,2	21,9	19,5	21,4	21,8	-4,4	-2,2	-1,0	-5,2	-6,0	-5,3
República do Congo	26,6	32,7	30,8	27,5	30,5	32,3	-3,0	12,3	14,2	19,4	4,0	2,1
Ruanda	22,4	29,0	29,9	29,2	26,8	27,3	-10,5	-12,1	-11,2	-9,8	-12,7	-11,3
São Tomé e Príncipe	41,1	32,5	29,5	28,1	26,3	26,3	-17,4	-11,2	-12,1	-13,3	-14,9	-10,0
Seicheles	64,4	101,9	92,7	86,3	88,9	88,2	-15,3	-12,3	-10,1	-7,1	-6,9	-8,5
Senegal	34,6	45,3	47,9	51,9	56,4	59,9	-7,2	-10,1	-11,2	-19,9	-14,6	-7,9
Serra Leoa	22,2	29,5	32,4	36,2	30,2	27,7	-23,0	-7,9	-8,6	-8,8	-6,8	-7,0
Sudão do Sul	20,7	18,4	14,9	8,8	12,8	12,0	4,5	-19,2	-9,5	9,8	2,3	2,0
Tanzânia	22,1	20,9	21,3	21,8	22,4	22,4	-7,0	-1,9	-3,4	-5,4	-5,1	-4,2
Togo	37,2	46,6	48,0	50,4	50,4	51,0	-4,9	-0,3	-0,9	-3,2	-3,1	-2,7
Uganda	17,4	22,5	21,8	20,1	20,5	20,4	-5,6	-9,4	-8,3	-8,2	-7,1	-8,2
Zâmbia	21,0	31,3	24,3	26,6	26,8	26,3	0,3	10,6	9,7	3,6	3,8	7,1
Zimbabué ²	24,1	14,8	14,9	19,0	15,8	15,1	-7,9	2,5	1,0	1,0	0,9	-0,7
África Subariana	35,3	38,6	37,1	36,6	36,6	36,7	-2,8	-2,7	-1,0	-1,9	-2,7	-2,8
Mediana	26,4	31,0	30,6	29,6	30,3	30,0	-5,6	-4,2	-4,1	-5,4	-5,1	-4,7
Excl. a África do Sul e a Nigéria	28,0	32,6	31,3	30,1	29,6	29,3	-4,5	-4,0	-3,0	-3,3	-3,9	-3,9
Países exportadores de petróleo	25,3	27,1	25,2	25,0	26,1	27,1	0,9	-3,1	0,6	2,5	0,8	0,6
Excl. a Nigéria	27,4	31,9	25,0	22,9	23,7	24,3	0,2	-1,5	4,0	7,1	0,9	0,7
Países importadores de petróleo	41,5	44,9	43,6	42,9	42,1	41,6	-5,2	-2,5	-1,8	-4,3	-4,3	-4,2
Excl. a África do Sul	28,2	32,8	32,6	31,6	30,8	30,3	-6,4	-4,5	-4,5	-6,1	-4,9	-4,8
Países de rendimento médio	38,4	42,1	39,9	39,6	39,9	40,3	-1,5	-1,7	0,3	-0,4	-1,6	-1,5
Excl. a África do Sul e a Nigéria	30,7	36,0	32,9	31,6	31,2	31,3	-2,2	-2,6	-1,4	-0,9	-2,6	-2,0
Países de baixo rendimento	24,6	28,7	29,5	28,5	27,8	27,1	-8,0	-5,5	-4,8	-6,2	-5,3	-5,6
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil e afetados por conflito	21,6	24,6	24,9	25,2	25,3	25,4	-7,9	-6,8	-5,9	-6,8	-6,7	-6,7
Países frágeis e afetados por conflitos	25,1	27,6	28,2	27,8	28,2	28,5	-1,7	-3,8	-1,9	-1,9	-1,7	-2,3
Zona do franco CFA	22,0	27,7	29,4	29,5	30,2	31,1	-3,8	-3,4	-3,9	-4,4	-5,1	-4,0
UEMAC	20,4	25,8	26,1	26,4	27,8	29,2	-3,4	-2,5	-0,8	3,6	-1,2	-2,0
UEMOA	23,0	28,8	31,2	31,1	31,4	32,0	-4,3	-3,9	-5,7	-9,2	-7,2	-4,9
COMESA (membros da ASS)	30,1	34,4	33,7	32,0	30,7	29,8	-5,7	-4,1	-3,7	-4,5	-3,8	-3,5
CAO-5	27,4	29,2	28,5	27,8	27,3	26,9	-7,0	-5,1	-5,6	-6,2	-6,0	-5,9
CEDEAO	24,2	27,0	27,5	27,8	28,5	29,3	-1,0	-4,0	-2,4	-2,6	-2,4	-2,0
SACU	64,6	72,3	68,4	68,9	69,2	69,9	-3,4	1,5	3,0	-0,7	-2,4	-2,6
SADC	49,6	54,7	50,7	50,0	49,8	49,9	-3,4	-0,1	1,8	-0,8	-2,5	-3,0

Ver fontes na página 22.

Quadro AS4. Dívida externa, dívida oficial, por devedor e reservas

	Dívida externa, dívida oficial, por devedor						Reservas					
	(em % do PIB)						(em meses de importações de bens e serviços)					
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024
África do Sul	15,0	23,4	18,6	18,8	21,0	21,0	5,8	6,4	5,5	5,4	5,0	4,6
Angola	33,6	90,9	68,9	43,1	56,0	54,7	9,3	9,5	6,5	7,3	7,0	7,0
Benim ¹	15,6	30,3	35,2	37,8	39,6	39,3	3,5
Botsuana	15,4	12,5	10,1	9,3	9,3	8,3	11,4	6,4	6,6	5,7	6,0	6,1
Burkina Faso ¹	21,0	22,8	24,4	26,1	24,9	24,2
Burundi	19,5	17,5	19,9	19,6	27,9	30,8	2,5	1,0	2,3	1,3	1,9	2,3
Cabo Verde	78,4	129,6	119,3	106,9	96,2	91,6	5,7	7,6	6,7	5,6	6,0	5,9
Camarões ²	18,4	32,5	30,3	31,1	29,7	28,4
Chade ²	24,2	28,2	24,3	22,4	20,9	20,8
Comores	17,0	23,2	24,7	27,1	32,9	36,2	7,1	7,9	9,0	6,5	7,5	7,9
Côte d'Ivoire ¹	19,6	33,5	30,7	36,0	35,7	34,4
Eritreia ³	62,2	2,8
Essuatíni	8,8	15,2	15,2	17,2	20,2	21,5	3,7	3,1	3,1	2,5	3,3	3,4
Etiópia	25,4	28,8	29,1	23,0	17,9	14,8	2,0	2,0	1,5	0,8
Gabão ²	29,8	49,0	36,1	34,8	39,0	39,2
Gâmbia	37,5	49,4	47,2	47,6	43,2	39,1	3,6	5,8	7,1	5,3	5,0	5,0
Gana ⁴	26,3	39,3	38,1	43,2	41,5	41,9	3,0	3,7	4,0	1,2	1,4	2,1
Guiné	23,2	27,2	25,2	21,5	21,0	21,8	2,2	1,9	2,6	2,6	2,4	2,2
Guiné-Bissau ¹	30,0	43,9	38,5	39,4	34,6	32,2
Guiné Equatorial ²	8,8	15,4	12,2	10,0	9,0	6,1
Lesoto	35,3	46,6	41,1	41,4	45,8	44,7	4,8	4,1	4,9	3,8	3,9	4,0
Libéria	18,4	41,1	37,2	35,3	35,4	36,5	2,1	2,2	3,9	3,1	3,1	3,1
Madagáscar	23,5	35,9	33,2	33,7	36,3	37,0	3,4	4,8	4,5	4,1	4,0	3,9
Maláui	19,4	31,8	30,9	31,5	27,2	32,1	2,5	0,8	0,5	0,6	2,3	3,3
Mali ¹	22,8	31,5	27,1	26,6	24,6	23,9
Maurícias	13,3	20,2	23,3	19,4	19,7	17,6	8,4	14,4	12,8	11,8	9,2	8,8
Moçambique	63,8	90,7	83,3	71,0	64,9	66,6	3,5	4,7	2,6	2,8	1,9	1,9
Namíbia	12,2	18,8	14,5	16,7	17,2	16,4	3,4	4,1	4,5	4,7	4,8	5,0
Níger ¹	18,4	33,0	31,5	32,5	29,7	29,0
Nigéria	3,7	8,0	9,1	9,4	11,2	13,3	6,1	6,5	6,3	6,5	5,8	5,7
Quênia	22,8	30,6	31,1	31,2	33,6	34,9	4,6	4,6	4,7	3,9	3,3	3,7
República Centro-Africana ²	29,2	36,3	32,8	34,4	31,4	30,4
República Democrática do Congo	14,1	13,7	14,5	13,2	12,1	10,4	0,6	0,4	1,1	1,7	2,0	2,1
República do Congo ²	24,4	29,2	23,7	25,1	25,5	23,2
Ruanda	28,0	54,8	53,5	46,8	52,1	62,3	3,9	5,3	4,6	3,7	3,6	4,3
São Tomé e Príncipe	84,3	65,1	59,5	59,2	51,0	47,9	3,7	4,4	3,6	2,5	2,0	2,5
Seicheles	34,4	35,4	38,3	29,4	30,6	33,3	3,6	3,7	3,7	3,4	3,5	3,5
Senegal ¹	32,9	48,9	45,9	47,0	43,6	39,7
Serra Leoa	31,6	48,3	48,3	48,9	56,2	53,4	3,2	4,6	5,6	4,2	3,6	3,3
Sudão do Sul	50,0	50,6	50,3	40,6	61,1	51,3	1,7	0,1	0,9	0,9	0,8	0,9
Tanzânia	25,9	28,4	28,8	27,3	26,4	26,9	4,8	5,3	4,0	3,7	4,0	4,1
Togo ¹	13,3	29,0	25,7	26,1	25,4	26,1
Uganda	16,6	29,4	27,9	26,0	25,8	26,2	4,6	4,3	4,7	3,1	3,1	3,4
Zâmbia ⁵	26,4	66,6	53,9	36,8	2,7	1,3	2,8	3,2	3,1	3,8
Zimbabué ⁶	31,7	26,5	19,8	22,5	21,8	14,9	0,5	0,1	1,3	0,2	0,0	0,0
África Subsariana	16,5	26,4	24,6	23,6	25,2	24,8	5,2	5,0	4,7	4,4	3,9	3,8
<i>Mediana</i>	22,8	31,6	30,8	31,1	29,7	30,8	3,6	4,3	4,3	3,5	3,5	3,7
Excl. a África do Sul e a Nigéria	24,3	36,3	33,7	31,4	31,2	29,5	4,3	3,9	3,7	3,2	3,0	3,0
Países exportadores de petróleo	11,2	20,3	19,8	18,2	21,7	22,6	6,3	6,2	5,7	6,3	5,7	5,7
Excl. a Nigéria	27,6	55,2	45,2	36,2	41,7	39,8	6,7	5,6	4,5	5,7	5,7	5,8
Países importadores de petróleo	20,2	29,7	27,0	26,6	26,7	25,7	4,4	4,4	4,1	3,5	3,1	3,0
Excl. a África do Sul	23,5	32,6	31,1	30,1	28,9	27,5	3,5	3,5	3,5	2,6	2,4	2,5
Países de rendimento médio	14,6	25,0	23,0	22,5	25,3	25,5	5,8	5,8	5,3	5,3	4,8	4,7
Excl. a África do Sul e a Nigéria	24,4	41,5	37,5	35,3	37,2	36,1	5,4	4,7	4,5	4,2	4,1	4,2
Países de baixo rendimento	24,5	30,6	29,2	26,9	25,0	23,4	2,7	2,9	2,7	2,0	1,9	1,9
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil e afetados por conflito	22,4	31,9	30,9	29,2	28,8	30,0	3,9	4,2	3,9	3,2	3,4	3,5
Países frágeis e afetados por conflitos	11,1	17,4	17,6	16,8	17,7	17,6	4,8	4,8	4,6	4,4	3,6	3,4
Zona do franco CFA	21,0	33,5	30,7	32,4	31,9	30,7	4,6	4,7	4,4	4,1	4,2	4,1
UEMAC	20,8	32,6	27,9	27,8	27,9	26,8	4,2	3,3	3,0	4,1	4,6	4,8
UEMOA	21,4	34,0	32,3	35,1	34,0	32,7	4,9	5,5	5,2	4,1	3,9	3,8
COMESA (membros da ASS)	22,0	29,7	28,6	26,0	24,7	22,7	3,1	3,1	3,1	2,5	2,3	2,3
CAO-5	22,7	30,7	30,7	29,7	30,7	31,9	4,6	4,7	4,4	3,7	3,5	3,8
CEDEAO	9,9	18,6	19,2	19,7	22,1	23,2	5,1	5,3	5,2	4,8	4,0	4,0
SACU	14,9	22,8	18,2	18,4	20,4	20,4	5,9	6,2	5,5	5,4	5,0	4,7
SADC	20,4	32,1	26,8	25,0	26,9	25,8	5,7	5,6	4,8	4,9	4,6	4,3

Ver fontes na página 23.